



Centro Universitário de Brasília- UniCeub
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais- FAJS

SERGIO GUSTAVO ROSSI

**MÍDIA E GUERRA DO IRAQUE:
Uma guerra pela construção de legitimidade**

Brasília-DF

2017

SERGIO GUSTAVO ROSSI

**MÍDIA E GUERRA DO IRAQUE:
Uma guerra pela construção de legitimidade**

Monografia realizada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Orientadora: Prof^a. Raquel Boing Marinucci

Brasília- DF

2017

SERGIO GUSTAVO ROSSI

**MÍDIA E GUERRA DO IRAQUE:
Uma guerra pela construção de legitimidade**

Monografia realizada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Orientadora: Prof^ª. Raquel Boing Marinucci

BANCA EXAMINADORA

Raquel Boing Marinucci
(Professora orientadora)

Examinador(a)

Examinador(a)

Brasília- DF

2017

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à toda minha família a qual não pude estar perto durante os anos de faculdade, mas que ofereceram todo o apoio que sempre precisei a qualquer momento.

Agradeço a professora orientadora Raquel Marinucci por ter me auxiliado durante a elaboração de todo este trabalho e por estar sempre à disposição quando precisei.

A todos os professores de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília que me auxiliaram nesses quatro anos de graduação a me tornar uma pessoa melhor qualificada.

Aos meus amigos de Andradina Quirino, Guilherme, Arthur, Vinicius, Camila, Amanda, Paolla, Mariana, Aline e Beatriz, que apesar de longe, mantiveram sempre uma grande amizade.

A todos meus amigos de Brasília, em especial Tiago, Vinicius e Isabella que foram, além de amigos, grandes irmãos que levarei sempre comigo.

RESUMO

Este trabalho investiga como a mídia pode impactar os diversos processos referentes à política internacional utilizando de enquadramentos, criando agendas específicas de acordo com seus próprios interesses e utilizando linguagens apelativas para fins de mobilização social. Através das categorias de análise que serão apresentadas, um estudo de caso será realizado para mostrar como a mídia estadunidense influenciou no processo de construção de legitimação da invasão dos Estados Unidos no Iraque. A bibliografia apresentada contará com livros e artigos específicos da área de mídia que dialogam com os diversos campos das Relações Internacionais, além de contar, também, com notícias de jornais de diversos países como a *Fox News*, *The New York Times* e *BBC*, entre o período de outubro de 2002 e abril de 2003, para melhor caracterizar o objeto de estudo. A mídia é um ator político nas R(r)elações I(i)nternacionais, dado sua capacidade de influenciar pensamentos, derrubar governos e até mesmo legitimar ações consideradas ilegais, como no caso deste trabalho.

Palavras-chave: Mídia. Enquadramento. Agenda setting. Estados Unidos. Iraque.

ABSTRACT

This work investigates how media can impact the various processes related to international politics using frameworks, creating specific agendas according to their own interests and using appealing languages for the purposes of social mobilization. Considering the categories of analysis that have been presented, a case study will be shown about how media has influenced the process of legitimizing the United States invasion in Iraq. The bibliography used contains specific books and articles in the area of media that dialogue with the various fields of International Relations, as well as news from newspapers from various countries such as Fox News, The New York Times and BBC, from October 2002 and April 2003, in order to better characterize the object of study. The media is a political actor in (I)nternational (R)relations, given its ability to influence thoughts, overthrow governments and even legitimize actions considered illegal, as in the case of this work.

Key words: Media. Framing. Agenda setting. United States. Iraq.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 PAPEL DA MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	9
1.1 O processo de formação da opinião.....	9
1.2 A linguagem da mídia.....	11
1.3 A mídia como forma de poder.....	12
1.4 Legalidade e legitimidade no sistema internacional.....	15
1.5 Os diferentes meios difusores de informações.....	20
2 O PAPEL DA MÍDIA NOS CONTEXTOS HISTÓRICOS.....	23
2.1 A mídia na Primeira e Segunda Guerras Mundiais.....	23
2.2 Mídia e Guerra Fria.....	27
2.3 A Guerra do Vietnã.....	31
2.4 Criação de um inimigo em comum a partir do terrorismo.....	32
3 MÍDIA E IRAQUE.....	37
3.1 Mudança de paradigma na política externa americana pós 11 de setembro..	37
3.2 Invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos.....	40
3.3 A Guerra do Iraque.....	42
3.4 Análise da mídia acerca de sua participação na Guerra do Iraque.....	44
3.4.1 <i>Considerações finais</i>	54
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE.....	62

INTRODUÇÃO

As relações internacionais podem ser entendidas como todos os aspectos que tangem política, economia e sociedade internacionais e como os atores interagem para formarem sistemas mais complexos de organização. Porém, o que é pouco estudado pelo campo das Relações Internacionais é como alguns fatores podem influenciar as tomadas de decisões em todos esses âmbitos, além de ajudar a promover cenários favoráveis ou desfavoráveis para cada um deles.

A atuação da mídia na política internacional é um importante fator a ser estudado dado a complexidade da riqueza de informações que essa área específica pode fornecer para sintetizar os diversos campos de estudos presentes no curso. Seja por meio de jornais impressos, televisores, rádio, propagandas, a mídia pode influenciar diretamente ou indiretamente as relações cotidianas e colocar presente debates que serão discutidos nos âmbitos público e privado, mesmo sem que determinado assunto não altere de fato o dia a dia. O que é debatido, falado, temido, muitas vezes se dá pela capacidade que a mídia tem de dar visibilidade àquilo que lhe é conveniente, seja por fatores econômicos ou políticos.

O corpo deste trabalho buscará realizar uma análise de como a mídia atuou em diversos processos históricos, assim como analisar por quais mecanismos que são utilizados por esta para fazer com que os debates desejados sejam pautados na esfera pública. Por fim, um estudo de caso sobre como a mídia atuou na Guerra no Iraque será apresentado, dado que até os dias de hoje tal conflito fora considerado o de maior cobertura jornalística, mas analisando como houve a manipulação de agendas e enquadramentos de acordo com interesses estatais para propagar discursos de ódio e informações duvidosas, criando um inimigo em comum e fazendo com que a população estadunidense acreditasse que a melhor solução seria uma intervenção mesmo considerada como ilegal frente ao Direito Internacional.

Dessa forma, a estrutura do trabalho buscará, em primeiro momento, trazer categorias de análise e conceitos específicos que tangem o estudo de mídia, assim como sua aplicação no âmbito das relações internacionais. Além disso, também será apresentado como a mídia pode ser considerada um ator político no sistema internacional e como através do uso da linguagem e da teoria do enquadramento transforma a agenda pública e política internacional. Uma breve análise histórica sobre os meios de comunicação também estarão presentes, assim como critérios que caracterizam legalidade de legitimidade, que serão retomadas no último capítulo

Em um segundo momento será abordado como a mídia atuou na Primeira e Segunda Guerras Mundiais com a utilização da propaganda, rádio, dos trabalhos acadêmicos e com a chegada do cinema. Atuou também na Guerra Fria, onde buscava através dos diferentes meios de comunicação, principalmente do cinema, conter a expansão comunista. A Guerra do Vietnã também será abordado, mas com o intuito de descrever o primeiro conflito que os jornalistas tiveram acesso aos frentes de batalha e como isso impactou o processo de aceitação do público estadunidense acerca do conflito. Os ataques aos Estados Unidos do 11 de setembro, em 2001, finalizarão este tópico mostrando como a mídia ajudou a transformar uma região toda em inimigo e como os ataques serviram como pretexto para ações militares estadunidenses.

Por fim, o último item desta monografia analisará o contexto que ocorreu a Guerra do Iraque, como antecedentes, mudanças na políticas externa estadunidense e a primeira ofensiva pós atentados do 11 de setembro. É neste item que a principal análise será desenvolvida, visando mostrar como a agenda midiática fora alterada com o foco da guerra antiterror construída por Bush e como a mídia, em especial a Fox News, atuou ativamente na propagação do medo e como o governo deveria agir rapidamente antes que outros ataques provenientes do Iraque, que estariam supostamente desenvolvendo armas de destruição em massa liderados por Hussein, viessem a acontecer.

O objetivo central do trabalho é entender como a mídia pode impactar na política internacional a ponto de construir a opinião pública acerca da necessidade de uma intervenção em um território, mesmo quando todo o contexto demonstra o contrário, aderindo os interesses da Casa Branca e transformando a ilegalidade em legitimidade.

1 PAPEL DA MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com a ascensão tecnológica e o alto fluxo de informações instantâneas fornecidas devido ao fenômeno da globalização, é indispensável analisar o modo de como tais informações são veiculadas ao público e seus possíveis efeitos. Dessa forma, as mídias de massa colocam em pauta as informações que são consideradas por elas relevantes e decidem, mesmo que por vezes de forma inconsciente, qual enquadramento dar de acordo com seus interesses e, assim, usam de sua influência para construir pensamentos e debates nas sociedades. Neste capítulo, será analisado como e porque a mídia pode ser considerada um ator político nas relações internacionais, a importância da linguagem da mídia, a maneira como seus instrumentos podem se tornar formas de poder e até ajudar na queda de governos e como os enquadramentos podem alterar debates, impactando no processo de tomadas de decisão da agenda pública e política.

1.1 O processo de formação da opinião

Para se fazer uma análise de como a mídia pode atuar diretamente na tentativa de formulação de opinião nos debates dos indivíduos é necessário compreender primeiramente que é dentro esfera pública que estão presentes os grandes debates, discussões e outros contextos políticos sociais que são levados em pauta pela sociedade civil para fins de mobilização ou conscientização sobre determinado assunto. Habermas (1984) já discorria que a esfera pública é um espaço onde as pessoas de ambos setores, públicos ou privados, se juntam para discutir questões de interesse geral, visando qual decisão tomar sob determinado assunto. É nesse âmbito que se estabelecem as representações sociais. Essas representações sociais apresentadas pelo autor buscam nos diversos setores da sociedade trazer aquilo que é demandado por seus representados para o nível das tomadas de decisões da esfera política. Além disso, já que é na esfera pública que se encontram os grandes debates, a análise a ser feita é o que leva as pessoas debaterem determinados assuntos e quais aspectos serão levados em consideração.

Dessa forma, as mídias de massa têm seu papel sobre o que estará sendo noticiado na televisão, escrito em jornais, artigos e revistas e mostrados em canais de entretenimento como Hollywood para que, dessa forma, o enquadramento seja específico de acordo com interesses próprios da empresa que está no controle do jornal impresso, emissoras de televisão, dentre outros. Assim, será mais explorado e explicado mais abaixo como as mídias de massa usam de tais representações sociais como uma forma de espelho para aquilo que será colocado em pauta,

refletindo diretamente o debate público nas notícias apresentadas e moldando os enquadramentos como uma maneira de criar uma identificação do indivíduo com aquilo que fora apresentado e, portanto, esta terá seu espaço para determinar o *framing* para as futuras discussões sociais.

Atualmente, é através de jornais impressos, rádios e por emissoras de televisão que muitas pessoas têm acesso sobre todos os assuntos que ocorrem nos âmbitos político, econômico e social. Dessa forma, a mídia pode usar desse aspecto para gerar uma agenda pública, onde, através de reportagens, matérias e artigos, mostrarão, em um primeiro momento, às pessoas diretamente o que pensar, uma informação pronta e com caráter de verdade única sem mostrar outras vertentes ou possibilidades (ex. Campanhas políticas através de mídias), e não como uma forma de incentivar o leitor a gerar um senso crítico a respeito. É uma ligação entre agenda midiática, agenda pública e agenda política, onde todas são interligadas através de interesses específicos nas escolhas sobre o que mostrar, qual ênfase dar e o que é considerado de maior importância no momento, onde os conhecidos como *gatekeepers* moldarão aquilo que será noticiado. De tal modo, essa perspectiva de “*Agenda Setting*” é colocada por Rossetto e por Silva (2012) primeiramente como a informação é divulgada ao público e, a partir de uma forma de evolução desse agendamento, os diferentes objetos de análises devem ser apresentados e entendidos como uma forma de gerar atitudes e opiniões a respeito, visto que cada objeto possui diferentes categorias de análises.

Dessa forma, de acordo com os autores, essas categorias de análises geram o que é chamado de enquadramento ou framing, que seriam basicamente promover a interpretação particular de um problema, situação ou fazer uma avaliação moral de determinado tema. Esse direcionamento seria baseado na necessidade de orientação do indivíduo através da incerteza e relevância, visto que quanto maior a necessidade de orientação nos assuntos públicos ou entendimentos de políticas adotadas, maior será a probabilidade de recorrência aos meios midiáticos onde estarão definindo aquilo que é de interesse fazer com que a população tenha acesso. Por outro lado, os autores (ROSSETTO; SILVA, 2012) ainda consideram que seja por meio da relevância (definido por diversas formas proveniente daqueles que escrevem) ou por meio da incerteza, quando os indivíduos possuírem um determinado grau de informação, a incerteza pode diminuir e a busca aos meios midiáticos será basicamente para monitorar a ocorrência de alterações de seu status inicial.

O novo jogo político se baseia na busca pela formação da opinião. Patrick Champagne (1998) traz exemplos sobre como movimentos sociais ganham visibilidade através daquilo que cientistas políticos, a mídia e as pesquisas de opinião falam a respeito e mostra que o jogo político se organiza e se estrutura em torno da opinião pública, na busca da legitimação. É notório o papel da imprensa na divulgação dos movimentos, seja através da linguagem ou através dos *framings*, que em muitos casos os movimentos se parecem mais como encenações do que de fato uma luta unificada por um interesse em comum, pois o objetivo de muitos movimentos é ter visibilidade para ganhar atenção pública e mostrar à população suas demandas e indagações e posteriormente ter maior força para reivindicar interesses perante o governo. Dessa forma, nos bastidores da imprensa no momento da divulgação dos movimentos quase sempre haverá uma equipe técnica responsável originária do próprio movimento para “gerenciar” todo o processo de divulgação, seja por qual perspectiva noticiar, os elementos que podem chocar e chamar atenção do público, ou seja através das encenações específicas para serem mostradas na rede. E, com isso, o movimento ganhará visibilidade para ser pauta das pesquisas de opiniões ou sondagens para ver a aceitação popular e, eventualmente, ganhar espaço na agenda política. Dessa forma, de acordo com Champagne (1998) a política é, antes de tudo, uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou ao menos fazer vencer sua visão de mundo e impô-la como visão verdadeira e, assim, os atores políticos buscarão as diversas parcerias com as principais e maiores empresas detentoras dos meios de comunicações para monopolizar sua ideologia e descaracterizar rivais na luta pelo poder da opinião.

1.2 A linguagem da mídia

Uma das grandes chaves para se entender aquilo que é colocado pela mídia, é fundamental a análise da linguagem aplicada, já que até mesmo através de palavras, caracterizações e formas pelas quais as frases são construídas, podem fazer o leitor ou telespectador ter uma visão específica sobre o tema que a própria empresa midiática gostaria que ele tivesse. Em “*Orientalismo*” de Said (2003) o autor, dentre diversas outras ideias, debate sobre como nas últimas décadas houve diversas transformações acerca das relações oriente-ocidente, ainda mais sobre a maneira como o Leste passou a ser visto, principalmente pelos Estados Unidos, como sinônimo de perigoso ou ameaça. Com a ascensão dos meios de difusão de informação, o aumento do estereótipo daquela região é reforçado através da linguagem como a mídia trata o oriente como um todo, nos colocando a entender que, de forma geral, todos

daquela região apresentam o mesmo perigo iminente, além de descaracterizar quaisquer eventos terroristas que vieram acontecer no Oriente Médio, fazendo com que a população ocidental considere aquilo como eventos normais daquele cotidiano. Dessa forma, a linguagem se expressa como uma forma de diferenciar e distanciar sua imagem do outro, como uma tentativa de criação de identidade de proteção nacional onde sua nação é melhor do que a outra e a mídia estará lá para mostrar que isso é “verdade”. Além disso, o autor aponta três aspectos que contribuíram para transformar até mesmo a mais simples percepção dos árabes e do islã em um assunto mais politizado: história de preconceito popular antiárabe e antiislã; a luta entre os árabes e o sionismo israelita e seus efeitos sobre os judeus americanos; e a quase total ausência de aspectos culturais que diferenciasse árabes e islãs. A análise feita pelo autor sobre a construção de imagem do outro como forma de poder será mais analisada de forma mais consistente em outro capítulo desta monografia.

Outra perspectiva para se analisar é de Jackson (2005), onde o autor busca trazer a linguagem pública da guerra no terrorismo e como tal linguagem tem sido utilizada para justificar e tornar normal a campanha global do contraterrorismo. Para um governo tentar legitimar ações e arriscar a vida de seus cidadãos num conflito armado, ele tem que persuadir a sociedade sob a perspectiva de que tal feito é necessário, desejável e, acima de tudo, alcançável. O governo deve, de acordo com o autor (JACKSON, 2005), legalizar e institucionalizar a prática da guerra, especialmente quando está sujeita a durar vários anos, e se torna difícil de se executar caso a população comece a questionar a necessidade do conflito e se o motivo deste é legítimo, ou não, como aconteceu no Vietnã. Busca mostrar como a administração da linguagem pública norte americana sob uma ótica de um discurso de ódio construído, e como fora criada uma nova realidade da linguagem social onde o terrorismo ameaça destruir tudo o que as pessoas mais se importam como suas vidas, liberdade e democracia. O governo constrói cuidadosamente a linguagem para moldar a realidade e trazer a público o medo, que, dessa forma, levaria ao apoio popular na legitimação de ações onde o governo disser que pode ser uma ameaça.

1.3 A mídia como forma de poder

A mídia pode ser, em muitos casos, uma ferramenta de poder contra o Estado ou a favor deste, já que, como será mostrado, as mídias são empresas específicas que podem, ou não, ter parcerias com o governo. O conflito a ser estudado no último capítulo desta monografia será

sobre a intervenção norte americana no Iraque, em 2003, e como o governo teve apoio dos meios de comunicação para a difusão de ideais de que o Iraque estaria desenvolvendo armamento nuclear e poderiam vir a ser uma ameaça ao território norte americano. Ressalto também que o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos foi um marco para a mudança na política externa norte americana que começou a propagar políticas antiterroristas e, com o apoio da mídia, construiu ideais de bem ou mal, caracterizando a região iraquiana como Eixo do Mal, além de se usar de tal evento para criar um medo mútuo.

Dessa forma, Porch (2002) buscará mostrar a relação entre a mídia norte americana e a questão militar. Ele considera que a relação de ambas é mutuamente benéfica e permite que as duas trabalhem simbioticamente para construir apoio político a contar a história militar. Porém, durante a guerra do Vietnam houve um colapso na relação onde a mídia fora considerada parcialmente culpada pela derrota norte americana. Tal guerra fora considerada a primeira “tv war”, onde jornalistas tiveram acesso praticamente irrestrito, acompanhando unidades e livres para fotografarem, filmarem e gravarem. Porém a tal liberdade levou jornalistas contrários a guerra a relatarem os diversos aspectos negativos de acordo com seus pontos de vista e que acabaram por contribuir para a derrota. As instituições são praticamente opostas, enquanto o jornalismo possui um viés liberal e trarão a público os abusos de poder, que não batem com a ideologia democrática. A guerra em si é um ato político, onde líderes em democracias devem ao menos informar ao público sobre os objetivos de política externa. Os militares têm que convencer o público de que podem vencer a um custo aceitável e usarem os meios de comunicação para criarem um determinado vínculo de familiaridade com a sociedade. O autor (PORCH, 2002) analisa, também, o papel da mídia em diversos outros conflitos. A guerra do Vietnã ainda será objeto de estudo mais consistente no próximo capítulo, uma vez que irei retratar o papel da mídia em outros eventos de conflitos históricos onde a participação desta gerou grandes impactos.

A mídia, além de ator político de influência nos debates dos diversos setores da sociedade, também é uma ferramenta na mão de Estados, organizações e agentes privados para atingirem seus objetivos. Curran (2002) busca entender a relação entre a mídia e poder, quem a controla, e qual a relação entre ela e a sociedade. O autor analisa a história desta, e mostra como mesmo na antiguidade, em época ainda de seu surgimento, podia se mostrar como ameaça ao status quo dos países, já que podia ignorar as estruturas existentes de controle e trazer novas ideias e informações. A mídia como um todo se tornou uma agência de integração social. Argumenta sobre a mídia no contexto do capitalismo, controle midiático, sociedade e mídia

Ainda nessa perspectiva da formação da opinião como instrumento de poder, Carr (1981) analisa três tipos de poderes fundamentais para um Estado; o poder militar, baseado na questão armamentista, quantidade de homens; o poder econômico, que se baseia na capacidade de um Estado de influenciar (de forma positiva ou negativa) outras economias por possuir grandes riquezas, além de poder manter o aspecto militar; e, por fim, e que será objeto de análise, o poder sobre a opinião. Para o autor (CARR, 1981), a arte da persuasão sempre se constituiu numa bagagem necessária a líderes políticos, e coloca a propaganda como uma arma moderna fundamental. O objetivo da propaganda é atrair e convencer a grande massa, já que a política democrática contemporânea é dependente da opinião de grandes massas de pessoas mais ou menos politicamente conscientes e que sua grande maioria possui acesso às propagandas. Dessa forma, é usada para legitimar ações, unir grupos, criar inimigos, trazer poder de aceitação para um governo, dar credibilidade e justificar seus regimes. Porém, a propaganda, neste contexto, torna-se ineficaz como força política se estiver dissociada dos poderes econômicos e militares e deve adquirir caráter de “lar nacional”.

Podemos então entender a mídia como um ator político, visto que esta pode interferir diretamente no processo de construção da agenda pública de interesses em geral. Porém, é necessário entender que as mídias são nada mais que empresas que terão suas opiniões específicas sobre os diversos temas, assim como poderão ter preferências e parcerias políticas. Neste contexto, Christian Vukasovich (2012) mostra que grandes empresas de defesa acabam adquirindo a influência (ou compram) de vários meios de comunicação transacionais, que podem levar o aparato da guerra para diversos ambientes, buscando maneiras diversificadas para levar tal assunto no discurso popular, em exemplos como vídeo games, filmes, noticiários. Há uma disputa pelo controle da mídia, uma vez que essa pode a longo prazo moldar as realidades geopolíticas e, dessa forma, alcançar o domínio político e econômico. O autor traz a ideia de “weaponization of media”, ou seja, a mídia transformada como arma de guerra e essa ideia pode ser analisada, de acordo com ele, sob diversas óticas, entre elas: a implantação de agências de relações públicas para disseminar histórias destinados a apoiar um ou mais lados de um conflito militar através do moldar de compreensão e conhecimento público, ofuscando tanto as fontes de conflito informação e motivações públicas, e através de ações pelos militares para utilizar estruturas profissionais com intuito de direcionar a produção da narrativa midiática e manipular as perspectivas de jornalistas de uma forma que disciplina os retratos da guerra como for conveniente para si.

Na junção das ideias de que as mídias de massa são controladas por um pequeno número de empresas e a ideia do “weaponization of media”, Rovai (2007) acrescenta nesta ideia e busca ilustrar como o golpe de Estado na Venezuela foi em sua grande parte orquestrado com apoio da mídia televisiva. As maiores emissoras venezuelanas eram controlados pela família dos Cisneros, que possuíam o maior patrimônio da Venezuela e configurados entre os mais ricos do mundo. Possuíam empresas e franquias espalhadas pelo mundo todo, redes televisivas que tinham canais espalhados em toda a América, assim como importantes outras parcerias no âmbito nacional e internacional.

Na primeira eleição de Hugo Chávez, em 1999, a mídia controlada pelos Cisneros tinha parcerias diretas com o antigo governo e, dessa forma, durante as eleições, diversos dados foram manipulados para não darem imagem e apoio popular a quem viria ser o futuro presidente. Porém, visto que, mesmo através da manipulação dos dados, Chávez ainda mostrava grandes chances de ser eleito, houve uma tentativa de aproximação das empresas com o setor político para fins de reatarm parcerias caso este viesse de fato a ser de eleito. Contudo, mesmo após as eleições e com a vitória de Chavez, este refutou as tentativas de reaproximação e, conseqüentemente, deu-se o começo do que seria o início do apoio midiático na tentativa de golpe militar de Estado que durou 3 dias, em 2002, no Estado da Venezuela.

Outro fator relevante para o início do golpe militar na Venezuela, foi quando Chávez ao vivo em uma emissora, demitiu diversos gerentes de uma empresa petrolífera. Tal acontecimento ocorreu logo no início quando Chávez chegou à presidência e, apesar de a oposição estar relativamente fraca perante ao partido no poder, a mídia mostrava o contrário. Havia programas diários em diversas emissoras de televisão e rádio, inclusive em emissoras concorrentes, que traziam os mesmos debates, os mesmos convidados, as mesmas piadas e as mesmas formas de ridicularização do governo. O único apoio midiático que Chávez possuía era o canal *Alo, Presidente* onde de forma informal o presidente respondia perguntas de telespectadores, anotava ideias de políticas, dentre outras coisas. Porém, no mesmo horário, outro canal mostrava um programa similar que ridicularizava tudo o que Chávez havia falado anteriormente.

1.4 Legalidade e legitimidade no sistema internacional

Visto que no caso mostrado da Venezuela houve uma busca da construção da legitimidade para o início de um golpe no governo, é necessário compreender que há uma

significante diferença nos conceitos de legalidade e legitimidade. No sistema internacional, todas as ações dos Estados causam externalidades. Em uma ideia crua realista, seja através de influências na economia, politicamente ou até mesmo militarmente os Estados lutam para garantirem seus status quos e aumentarem suas capacidades de poder. Porém, o Direito Internacional busca garantir que essas externalidades sejam minimizadas ou até mesmo bloqueadas frente à intervenção em territórios.

Quando são analisados os princípios do Direito Internacional, um dos pontos principais que persiste desde a Paz de Westphalia, em 1648, é a proteção da soberania de cada território, onde o Estado deve proteger suas fronteiras, garantir segurança interna e adotar políticas para a organização da sociedade. Porém, apesar da constante luta por poder no sistema internacional, os países não podem interferir na soberania de outros. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas já estabelece em seu tratado de constituição que é proibido intervenção militar em países, visando garantir o respeito à soberania, salvo em casos que o Conselho de Segurança julgue necessário para a manutenção da paz. Dessa forma,

A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles (ONU, 1945).

Ou seja, caso a situação de um país ameace o sistema internacional, é de responsabilidade deste órgão decidir qual a melhor solução para a resolução do conflito para a construção e manutenção da paz.

A formação do Conselho de Segurança das Nações Unidas transparece um elitismo das potências mundiais concentradas para tomarem as principais decisões do globo referentes à aplicações de sanções, intervenções, dentre outros.

O Conselho de Segurança será composto de quinze Membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança [...]” (ONU, 1945).

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança ditarão as regras do Direito Internacional em relação ao que é legal ou não para ser executado por parte dos Estados, já as externalidades viriam a ferir a soberania. Porém, visto que este é formado apenas pelas grandes potências do período pós segunda guerra mundial, não há uma certa pluralidade de opinião nas tomadas de decisão e as potências dirigem o mundo de acordo com seus próprios interesses.

O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (ONU, 1945).

Dessa forma, a legalidade do sistema internacional se baseia nas decisões do Conselho de Segurança quando se trata de questões de intervenções.

Por outro lado, a legitimidade já vem a ser um “sentimento” de que determinada ação é correta ou necessária, ou ainda, para Matias (2014), o poder tem a necessidade se justificar em algo para a garantia de sua estabilidade. O autor (MATIAS, 2014) também busca desenvolver o conceito de autoridade legítima, que se baseia na aceitação da ação dos governantes sobre aqueles estão subordinados a determinados regimes.

[...] o “algo” que está por trás da submissão voluntária a uma autoridade e seria um dos fatores de estabilidade do regime político é a legitimidade. O exercício do poder teria de ser moralmente ou legalmente justificado, a fim de ser considerado legítimo [...] (MATIAS, 2014, p. 54)

Não apenas no âmbito militar das intervenções, mas também em todos os outros setores da sociedade, ao adotar novas políticas, os governos tendem a fazer com que essas novas decisões se tornem legítimas em seus territórios, fazendo com que a população apoie determinada decisão e a torna-la moralmente necessária. Porém, a ideia da legitimidade se baseia, na maior parte dos casos, no cumprimento de leis e normas já estabelecidas no ambiente social. O direito à guerra é definido, como já dito, através de decisão de Conselho de Segurança, porém quando não há posição ou autorização deste, os países buscarão diversos aparatos para o convencimento da ação. O Estado, através de seu interesse próprio, busca diversos meios de legitimar ações e traze-las no ambiente interno como corretas. Dessa forma, ele se utiliza de diversos mecanismos para construir ideais de amigo-inimigo, constroi termos perjorativos para a caracterização de outros, assim como se utilizar dessa legitimação para exercer seu poder. Levando ainda em consideração este aspecto de subordinação perante ao Estado, Weber (1999) já debatia os 3 tipos de poder e dominação legítimos, sendo eles o racional legal, o carismático e o tradicional. Para esta análise, o poder racional legal destaca-se para este trabalho por ser aquele que vem de regras e leis aprovadas e aplicadas, onde tais normas ditam a quem obedecer e quais seus próprios limites. Os subordinados legitimam aquele que tem o poder para fazer e executar as políticas necessárias para a manutenção da ordem social.

De acordo com Bobbio, temos que

Na linguagem política, entende-se por legalidade um atributo e um requisito do poder, daí dizer-se que um poder é legal ou age legalmente ou tem o timbre da legalidade quando é exercido no âmbito ou de conformidade com leis

estabelecidas ou pelo menos aceitas. Embora nem sempre se faça distinção, no uso comum e muitas vezes até no uso técnico, entre legalidade e legitimidade, costuma-se falar em legalidade quando se trata do exercício do poder e em legitimidade quando se trata de sua qualidade legal: o poder legítimo é um poder cuja titulação se encontra alicerçada juridicamente; o poder legal é um poder que está sendo exercido de conformidade com as leis. O contrário de um poder legítimo é um poder de fato; o contrário de um poder legal é um poder arbitrário (BOBBIO, 2010, p. 674)

Dessa forma, temos que as definições são intrinsecamente ligadas ao aparato legal do exercício do poder. Porém, é necessário analisar que nem tudo o que é legal é legítimo, e nem tudo o que legítimo é legal, já que a existência de um não acarreta necessariamente na existência do outro. Por exemplo, há diversos assuntos polêmicos discutidos pela população como aborto e eutanásia, que são temas que ainda não foram regulamentados pelo Estado, mas, mesmo que fossem, ainda haveria grande parte da população que não legitimaria e ainda, sobretudo, a legitimação da guerra. Da mesma forma que ocorre no âmbito nacional, as relações internacionais têm diversas ações que, apesar de legais, não há legitimidade por parte do sistema internacional. Por vezes, algumas intervenções e ações contra Estados vão contra os princípios adotados pelos Direitos Humanos e, com isso, grandes organizações internacionais se mobilizariam contra aquilo que fora feito. Além da possibilidade da guerra reconhecida na Carta das Nações Unidas, ainda há no Direito Internacional uma vertente chamada de Direito Internacional Humanitário, que regula como uma guerra deveria ser, caso ocorresse, e dita direitos e deveres, assim como o papel da atuação de organismos internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, no auxílio para aqueles que sofreram com os danos da guerra. Porém, mesmo com a regulamentação do conflito armado, os países ainda não seguem as regras pré-estabelecidas.

Desde a ideia westphaliana de soberania até a atual organização dos Estados na visão do Direito Internacional, é imprescindível analisar que os países criaram inúmeros regimes, organizações e regras para que houvesse o respeito mútuo no sistema. Dentre os princípios do Direito Internacional Público, destaco os princípios da igualdade entre os Estados, o da não interferência nos assuntos internos e o princípio da auto determinação dos povos. Esses princípios, apesar de serem muito debatidos no âmbito da construção das regras do sistema internacional e da certa pressão irônica colocada pela comunidade internacional pelo cumprimento destas, são princípios que sempre foram violados. Krasner (1999) discorre sobre um conceito de hipocrisia organizada, onde apesar de todo este aparato legal existente, as potências ainda vão agir de acordo com seus próprios interesses e infringem as regras que foram por elas mesmas criadas.

[...] a conclusão empírica mais importante do presente estudo é que os princípios associados à soberania legal tanto a Westfália quanto a internacional foram sempre violados. Nem a soberania legal westfaliana nem internacional jamais foi um equilíbrio estável a partir do qual os governantes não tiveram incentivos para se desviar. Em vez disso, a soberania legal da Westfália e internacional é melhor compreendida como exemplos de hipocrisia organizada[...] ¹ (KRASNER, 1999, p. 24, tradução nossa)

Como exemplos a serem citados sobre como os princípios citados são diariamente violados por parte dos Estado é válido ressaltar a questão do poder de barganha, seja no âmbito político, econômico ou militar das potências frente as nações mais fracas no âmbito das negociações, o que acaba acontecendo uma assimetria de poder e a desvantagem no processo. A interferência militar em outros Estados, como exemplo recente a invasão russa no território ucraniano, onde a Rússia violou as regras propostas pelo Direito Internacional e mesmo com as pressões e sanções da comunidade internacional ainda decidiu por agir com seus interesses. E, por fim, o não reconhecimento de alguns Estados por interesses próprios, como exemplo do não reconhecimento do Estado da Palestina, que viola o princípio da auto determinação dos povos. É válido também ressaltar que potências que agem por interesses próprios, arrumando meios de burlarem o sistema, muitas vezes são potências presentes no Conselho de Segurança, o que acaba dificultando o processo de punição. Além disso, Carr (1981) também já discorria sobre uma falsa ideia de harmonia de interesses, onde a cooperação não é baseada num ideal de altruísmo, mas pela vontade das grandes potências em manterem seus *status quo* e fazer com que as nações mais vulneráveis se submetam a essa falsa ideia de harmonia, facilitando cada vez mais a quebra dos princípios e regras propostas. Com isso, os Estados acabam buscando diversos aparatos não apenas para justificar essas quebras de normas, mas também diversas maneiras para legitimar o que fora feito, mesmo não sendo legal. Dessa forma, temos que:

O modelo westfaliano é um exemplo de hipocrisia organizada. É um script cognitivo bem compreendido, que às vezes é honrado e às vezes não. Os governantes em estados mais poderosos justificaram violações dos princípios westfalianos ao invocar normas alternativas, como a ilegitimidade dos regimes revolucionários (a Santa Aliança), a provisão de segurança nacional (a emenda Platt imposta a Cuba pelos Estados Unidos), problemas de droga (a invasão dos EUA de 1989 ao Panamá), ou a proteção da comunidade soviética (a doutrina de Brezhnev) (KRASNER, 1999, p. 69, tradução nossa)²

¹ the most important empirical conclusion of the present study is that the principles associated with both Westphalian and international legal sovereignty have always been violated. Neither Westphalian nor international legal sovereignty has ever been a stable equilibrium from which rulers had no incentives to deviate. Rather, Westphalian and international legal sovereignty are best understood as examples of organized hypocrisy

² The Westphalian model is an example of organized hypocrisy. It is a well-understood cognitive script, one that is sometimes honored and sometimes not. Rulers in more powerful states have justified violations of Westphalian principles by invoking alternative norms such as the illegitimacy of revolutionary regimes (the Holy Alliance), the provision of national security (the Platt amendment imposed on Cuba by the United States), problems of drug running (the 1989 U.S. invasion of Panama), or the protection of the Soviet commonwealth (the Brezhnev doctrine)

A mídia, como já mostrado, exerce um papel fundamental no processo da construção da opinião. Dado que a legitimidade se baseia no processo de aceitação sobre determinado assunto, a mídia se torna uma ferramenta essencial nas mãos de governos para criarem diferentes métodos para fazerem o que bem entedem de acordo com seus próprios interesses e ainda garantir com que se tenha apoio de sua população ou daquele grupo de pessoas envolvidas.

O que será objeto de análise nesta monografia é como os Estados Unidos intervieram no Iraque, em março de 2003, com a legitimidade de sua população e de grande parte da comunidade internacional, mesmo tendo sido uma ação ilegal frente ao Direito Internacional, dado que a autorização para a intervenção fora vetado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Será mostrado como a mídia atuou fortemente no período para o processo de construção de opiniões ao mobilizarem seu território nacional com notícias frequentes sobre como o Iraque estaria desenvolvendo armamento nuclear e como poderia ser mais uma ameaça ao território norte americano, visto que pouco tempo antes o país sofrera um dos maiores ataques terroristas da história, o 11 de setembro que matou milhares de pessoas.

Nesse processo de legitimação, o governo do presidente Bush, pós 11 de setembro, mudou sua política externa com um forte apelo de combate ao terrorismo, e criou um novo termo contra as nações que acreditava ser uma ameaça ao globo, se referindo a elas como “Eixo do Mal”, composto por países como Irã, Iraque e Coreia do Norte. Dessa forma, com o apoio de outras nações aliadas democráticas, como o Reino Unido, os Estados Unidos começaram uma série de ações para intervir em tais lugares, derrubar governos, e ter maiores influências locais. Todo esse processo legitimado com o apoio midiático.

1.4 Os diferentes meios difusores de informações

Até o momento neste trabalho, o termo “mídia” vem sendo tratado de modo generalizado para todas as formas de difusão de informações. É preciso compreender que há diferentes meios de se propagar uma informação, variações de alcance aos públicos e impacto gerado por cada uma delas. É necessário também verificar que a evolução dos meios midiáticos contemporâneos se deram através de diversos fatores, como o surgimento do rádio, dos correios e das novas tecnologias, uma vez que todos dinamizaram o acesso à informação (BRIGGS; BURKE, 2004).

Apesar de as diferentes formas de comunicação existirem há muito tempo, destaco o rádio, televisão, jornais impressos e a internet como os meios midiáticos mais tradicionais

contemporâneos. O rádio, apesar de ter sido uma revolução tecnológica de propagar informação quando foi criado no fim do século XIX, é atualmente um meio pouco utilizado por parte da população. Briggs e Burke (2004, p. 158) já traziam que “algumas dessas invenções foram produto de detalhadas pesquisas científicas; outras foram estimuladas por circunstâncias especiais, como a Primeira Guerra Mundial, quando o rádio foi usado com propósitos militares”. Dessa forma, é possível afirmar que o rádio teve um papel importante durante o período das duas grandes guerras, pois facilitava a comunicação entre militares e para a criação de suas estratégias. Ressalto que a criação do rádio fora fundamental para a era tecnológica informativa que viria a chegar décadas depois.

As mídias impressas surgiram há centenas de séculos atrás e ainda são fortemente presentes nas mãos da população no dia a dia. Durante décadas, os jornais impressos foram destinados apenas àqueles da alta sociedade que tinham a capacidade de ler ou àqueles poucos que tinha acesso aos estudos. As mídias impressas trouxeram a possibilidade de registrar informações, encaminhar e transmitir ideias para longas distâncias, além de informar sobre os acontecimentos de sua época. Porém, também são fortes ferramentas nas mãos de Estados e empresas que têm a capacidade de construir e manipular informações para serem repassadas.

Em primeiro lugar, as publicações padronizaram e preservaram o conhecimento, fenômeno que havia sido muito mais fluido na era em que a circulação de informações se dava oralmente ou por manuscritos. Em segundo lugar, as impressões deram margem a uma crítica à autoridade, facilitando a divulgação de visões incompatíveis sobre o mesmo assunto” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 30)

O lançamento dos televisores foi um outro marco revolucionário na história. A mídia televisiva se tornou diferencial por ser acessível a todos, não por questão financeira, mas por questão da não necessidade do conhecimento da leitura.

Nos chamados círculos informados havia um conceito errôneo sobre as expectativas da televisão. Acreditava-se que somente os grupos de alto rendimento pudessem ser atraídos por ela. Essa crença, porém, mostrou-se totalmente incorreta, mesmo antes do fim do congelamento (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 234)

A abrangência televisiva é mundial, não importando a classe na qual o indivíduo está inserido, pois mesmo aqueles que não possuíam condições financeiras para ter um aparelho em casa, se dirigiam à bares e restaurantes onde o uso dos televisores eram populares. Dessa forma, com a participação não apenas das elites das sociedades, mas também com a participação considerável das massas como telespectadores, este meio midiático vem a causar

um impacto maior quando se trata de manipulação de informação e construção de opinião, visto que possui uma grande abrangência.

Outro meio fundamental de difusão de informação é a internet. Apesar de seu recente surgimento (final do séc. XX), a Internet se tornou o principal meio de comunicação presente na atualidade. Por ela, é possível ter acesso a jornais, vídeos, rádios, dentre outros, de diversos países de modo instantâneo. Por vezes, notícias que ainda não foram publicadas em jornais brasileiros, é possível verifica-las por meio dela em fontes estrangeiras antes mesmo de sua divulgação em território nacional. Todas as mídias já citadas estão também presentes na Internet. Há empresas que possuem seus produtos presentes em todos os meios e, dessa forma, se o Estado tem o controle ou parceria com a empresa, também se propagará no meio online.

Porém, um diferencial encontrado na internet é o fato de haver diversas possibilidades de discussões e ativismos por redes sociais, que estão dissociadas da influência política. Não digo que não há debates políticos, mas que não há, necessariamente, influência direta do governo atuando. Nos últimos tempos, é inegável a dimensão de espaços de debates que as redes sociais têm ganhado. Surge um novo conceito de cyberativismo, onde os movimentos passam a não ser só mais nas ruas, mas também o meio online ganha grandes proporções.

Apesar de terem sido apenas resumidamente explicadas, todos esses meios são difusores de informações, entretenimentos e opiniões. O objetivo é colocar que o Estado pode ter forte controle sobre estes meios, pois, como já mostrado, essas mídias não passam de empresas que também possuem seus próprios interesses e podem ter ligações diretas com o governo. Dessa forma, ao controlar determinado meio midiático, o Estado tem a capacidade de atingir um grande número de ouvintes, leitores e telespectadores.

Para fins de análise desta monografia, a mídia televisa, em especial o canal Fox norte americano, será o foco para entender como se deu a construção da opinião norte americana acerca da legitimidade da ação dos Estados Unidos no Iraque em 2003, apesar de sua ilegalidade. Esta mídia será utilizada por ser a que abrange o maior número de pessoas naquele território e por ter uma das maiores audiência de telespectadores. Isso não implicará na utilização de outras referências quando necessário.

2 O PAPEL DA MÍDIA NOS CONTEXTOS HISTÓRICOS

Dados as formas como a mídia pode atuar em todo o processo da formação da opinião pública e política e atuar também na construção da legitimidade de ações, este capítulo buscará tratar sobre como e qual forma a mídia atuou em diversos períodos da história. Apesar de já influenciar diversos acontecimentos como nas Revoluções Francesa e Industrial, o início do pensamento crítico do iluminismo, dentre outros eventos, o objetivo deste será fazer análises de como conflitos dos séculos XX e XXI foram impactados pela participação da mídia, onde o marco foram as duas grandes guerras, a Guerra Fria, a guerra do Vietnã e o noticiamento do atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos.

2.1 A mídia na Primeira e Segunda Guerras Mundiais

O papel midiático, como já abordado por diversos autores, não é algo recente. Harold Lasswell (1927) traz sobre o importante papel que a propaganda teve durante a primeira guerra mundial (1914-1919) e debate sobre o papel das diversas técnicas que a propaganda pode ter para fazer com que as ideologias fossem construídas. O autor mostra como a propaganda mudou muito o cenário social da época, já que esta auxiliou os Estados no processo de crescimento dos nacionalismos, caracterizou negativamente outros países considerados inimigos de um Estado, fazendo com que as pessoas mudassem suas concepções de bem ou mal em períodos curtíssimos de tempo a ponto de matarem por confiarem naquilo que viram escrito. Mostra como nos países derrotados a mídia ainda consistiu em tentar construir uma imagem de vitória para mostrar que haviam vencido a guerra, para que a população não se revoltasse e para salvar sua dignidade.

O autor (LASSWELL, 1927) se refere à propaganda como uma forma de controle da opinião por histórias, rumores, reportagens, imagens, entre outros, trazendo um conceito de “a guerra das ideias nas ideias”, conceito que pode ser entendido pela simples ideia de que a propaganda pode implantar visões e ideais para fazer com que as ações dos Estados fossem legitimados, assim como para conseguir o apoio da população com número de soldados para recrutamento de seus exércitos. Dessa forma, os Estados se utilizam desta para justificarem suas atitudes, mostrando o que necessário era intervir para o bem de todos. Define a propaganda como sendo a arma de ataque direto à moral inimiga. Lasswell (1927) considera que a guerra deve ser lutada através de três vertentes: a vertente militar, a econômica e a vertente da propaganda, pois esta foi talvez até uma parte decisiva na guerra.

A propaganda é igualmente uma arma passiva e contributiva, cuja principal função é demolir a vontade do inimigo de combater pela intensificação da depressão, desilusão e desacordo (LASSWELL, 1927, p. 214, tradução nossa)³

Ainda neste contexto, Mattelart (1994) também discorre sobre o papel da propaganda na durante o período da Primeira Guerra Mundial, analisando que o processo de construção da opinião das massas se concretizou pela primeira vez com sucesso. Além disso, a propaganda também serviu como uma ferramenta para pressionar governos estrangeiros nas tomadas de decisões.

[...] o dispositivo alemão dirigiu-se à razão, esforçando-se por justificar a atitude de seus compatriotas. Quanto à propaganda britânica, dirigiu-se à emoção, procurando causar indignação e revolta. Enquanto Londres emitia notícias que anunciavam as atrocidades cometidas pela soldadesca inimiga, fotografias que mostravam seus atos de pilhagem, etc., Berlim lançava-se em longas dissertações demonstrando que a única justificativa da guerra era o interesse do Reino Unido em liquidar a indústria de seu concorrente, explicando com abundância de detalhes as razões históricas e diplomáticas da política de isolamento da Alemanha perpetrada por Eduardo VII [...] (MATTELART, 1994, p. 60)

Vale ressaltar que a propaganda também serviu como estratégia para fazer com que houvesse deserção em massa da guerra. No episódio relatado por Mattelart (1994), os combatentes do grupo de países da Entente fizeram diversos panfletos que foram despejados por balões, e estes vinham com a mensagem “esta guerra não é a vossa”, atacando a moral inimiga e fazendo com que milhares de militares alemães se revoltassem contra o conflito. Segundo o autor (Mattelart, 1994), estima-se que entre 40.000 e 50.000 soldados desertaram.

Não apenas para incentivar a guerra, a mídia também serviu para espalhar o poderoso discurso da paz trazido por Woodrow Wilson, considerado pelo autor (LASSWELL, 1927) algo que nenhum estadista havia feito até então, fazendo com que a sociedade começasse uma luta pela democracia e que se revoltassem contra regimes autoritários que viessem de alguma maneira incentivar a guerra. Dessa forma é possível analisar que a divulgação de discursos e informações gerou diferentes impactos de acordo com o interesse da época, sendo durante um tempo para incentivar o discurso de ódio sob os “inimigos” da nação e, posteriormente, para fazer com que houvesse um senso de humanidade, trazendo sobre os males da guerra e o bem que um Estado democrático poderia propiciar a seus cidadãos.

³ Propaganda is likewise a passive and contributory weapon, whose chief function is to demolish the enemy's will to fight by intensifying depression, disillusionment and disagreement

A mídia tem um papel fundamental de reproduzir e auxiliar na construção de diferentes paradigmas de acordo com o contexto na qual está inserida. Durante o período entre guerras, apesar de ter ocorrido o início da busca pela democratização dos Estados com a justificativa da manutenção paz, as nações que não venceram o conflito se viram diante de um dilema de insatisfação. Apesar da criação da Liga das Nações, a mídia, principalmente dos países que saíram em prejuízo no conflito, instigaram ainda mais o ódio em relação àqueles que venceram a guerra e que tiveram benefícios diante disso. Os nacionalismos voltaram a se exaltar e com a ajuda da propaganda, começou uma nova corrida armamentista principalmente com a especulação midiática sobre o possível fato das outras nações estarem desenvolvendo novamente cada vez mais suas indústrias bélicas e de outros setores voltados à guerra, que poderiam novamente ferir a integridade territorial soberana dos países.

Após o conflito da Primeira Guerra Mundial, a mídia informativa foi se desenvolvendo cada vez mais em todos os países, com atenção em especial para os Estados Unidos, com a criação do *Committee on Public Information* que tinha por objetivo mobilizar os mecanismos da mídia de massa para vender os ideais da guerra ao público norte americano (MATTELART, 1994). Contemporaneamente, deu-se o surgimento do cinema onde, através do sucesso da visibilidade das propagandas que os americanos tiveram, os alemães se deram conta da importância do filme como divulgação destas e criaram a *Universum-Film-Aktiengesellschaft* (UFA), absorvendo grande parte dos setores da Alemanha, assim como a participação de empresas para seu desenvolvimento e produção. A Alemanha se tornou o segundo maior país na produção do setor cinematográfico, apenas atrás do Estados Unidos, onde ambas indústrias cinematográficas são intimamente ligadas ao capital bancário e industrial (MATTELART, 1994).

Outros aspectos de influência midiática surgiram pós Primeira Guerra. Quando Roosevelt chegou ao poder nos Estados Unidos em 1933, ocorreu a criação de organismos responsáveis pela coleta de informações nas sociedades como uma forma de sondagem para saber a opinião da população em seus diversos setores. Além disso, ainda durante a década de 30, as grandes potências do sistema começaram a ampliar seus sistemas de rádios para abrangerem diversas nações do globo, desenvolvendo programas, notícias e propagandas não apenas nos idiomas locais, mas também com a tradução necessária para onde essas informações se destinavam. Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, entre outras potências, traduziam os diversos idiomas asiáticos, da América do Sul, África, com o intuito de contemplar cada vez

mais países, ganhar presença e legitimidade para exercerem suas influências (MATTELART, 1994).

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), apesar de a propaganda ainda estar presente nas estratégias dos Estados, o fenômeno televisivo surgiu e começou a ganhar popularidade. O início de Hollywood, o cinema alemão dentre outros países que desenvolveram suas indústrias cinematográficas se utilizaram deste meio para também poderem propagar seus ideais. Além disso, o papel de jornais impressos, rádio, propaganda ainda continuaram a exercerem seus papéis nas mãos das nações mostrando imagens e notícias negativas acerca de outras nações rivais.

Um fenômeno preocupante que tomou espaço no contexto da Segunda Guerra, foi o surgimento do partido político nazista alemão, liderado por Adolfo Hitler, o qual propagava uma ideologia que ia além de um nacionalismo exacerbado, mas também a defesa de uma raça pura, a ariana. Quando o nazismo liderado por Hitler se estabeleceu em 1933, foi criado o Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda, que tinha por objetivo garantir que a mensagem nazista fosse transmitida através de filmes, livros, rádio, programas infantis e imprensa. Com esse controle midiático, o governo começou a propagar fortemente o ideal sobre a raça ariana ser superior a qualquer outra e através disso dar justificativa para a perseguição daqueles que não se enquadravam na linhagem perfeita. Programas de televisão, desenhos, jornais, revistas, todos manipulavam a imagem que o governo queria passar, além de também exaltar a necessidade de se desenvolver belicamente em razão de uma disputa de poder que não tivera um final desejado por parte dos alemães pós primeira guerra, dado as condições proferidas pelas nações vencedoras.

A medida em que a América deixa o isolacionismo e a Segunda Guerra Mundial se aproxima, o tema da política internacional retém cada vez mais a atenção. E, por esse motivo, voltam com toda a força os estudos sobre a propaganda alemã. (MATTELART, 1994, p. 85)

Para Mattelart (1994), os conflitos de guerras totais apenas fortaleceram o papel da mídia nas mãos das potências hegemônicas, onde a guerra ideológica, além da militar, econômica e política, tornou-se decisiva. As pessoas, pela primeira vez, puderam acompanhar um conflito através dos rádios, televisão e jornais com fotos. Muitos governos se utilizaram dessa popularidade dos novos meios de informação para incentivar seus soldados a irem para batalhas, uma vez que manipulavam imagens para mostrar os horrores que a nação inimiga vinha fazendo.

Ainda neste contexto, outro diferencial durante a Segunda Guerra Mundial foi também a mudança do quesito “propaganda” para “guerra psicológica” nos Estados Unidos, onde a mobilização da consciência sobre as atitudes das decisões da Alemanha fora crucial para o desenvolvimento da rejeição. Inclusive diversas obras alemãs foram traduzidas para o inglês com fins de propagar essa mobilização e mostrar que os americanos tinham legitimidade para entrar no conflito e combaterem as atrocidades mostradas. Outro termo que surgiu na Inglaterra foi o de “guerra política” e de acordo com Mattelart (1994) ambos os termos remetem à ideia da informação para influenciar políticas, de forma que não necessite do uso da força para causar tais influências em oposição a tradicional guerra militar.

A Segunda Guerra Mundial representou um outro marco na história visto a participação do papel da academia. Diversos acadêmicos renomados em diversas áreas como antropologia, história, ciências sociais, economia, dentre outros, começaram a desenvolver livros e pesquisas para entenderem os motivos da guerra e, inclusive, analisar como os Estados se utilizaram do aparato psicológico como estratégia.

2.2 Mídia e Guerra Fria

O final da Segunda Guerra Mundial representou um marco para as políticas internacionais. Dado que fora o maior conflito da história com milhões de perdas em todas as nações, os Estados se viram em um momento de necessidade de um processo de cooperação para se reerguerem e estabelecerem políticas que visassem a democracia e a paz. Essa cooperação e aproximação de ideologias políticas entre as nações vão culminar na separação do mundo em dois polos ideológicos de interesses.

Apesar de o fim da Segunda Guerra ter dado origem a diversas organizações no sistema internacional, como a Organização das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), começara a surgir no sistema internacional dois polos ideológicos distintos que estavam expandindo cada vez mais pelo globo. De um lado, o capitalismo norte americano que visava a democratização dos Estados, implantar economias liberais e estabelecer uma nova ordem mundial. Do outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que pregavam o ideal socialista de igualdade e de monopólio estatal em todos os setores que teriam que garantir o bem-estar social da população, onde sua grande potência que tomava frente era a nação russa. Além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial, dado a devastação em que a Europa se encontrava, os Estados Unidos lançaram um plano que viabilizaria a reconstrução

do continente europeu, que ficou conhecido como plano Marshall. Entretanto, para o lado socialista, fora criado o Comecon, um plano que visaria a reconstrução dos países do bloco soviético, que tinha por objetivo, além da reconstrução, fazer com que as nações alinhadas não se sentissem prejudicadas frente ao plano Marshall e o bloco não perder legitimidade.

Outro fator que se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial fora a mudança nas políticas e estratégias de segurança e defesa internacionais, devido ao fato do desenvolvimento de armamentos nucleares que culminaram a destruição das cidades de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945, no Japão, por parte dos Estados Unidos como forma de retaliação ao ataque japonês em sua base militar no Hawaii. Nunca antes se imaginara que o poder de destruição bélico desenvolvido pelo homem poderia chegar a tais proporções.

Dado o ponto de vista ocidental, com a crescente ameaça comunista frente aos ideais propostos pelo novo sistema democrático liberal que estava em expansão no ocidente, fora criado a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que tem a presença de diversos Estados europeus, além da participação norte americana, com o objetivo de conter a nova ameaça crescente no sistema. Novamente, em contrapartida, a URSS criou o que fora chamado de Pacto de Varsóvia, que tinha por objetivo de proteger as nações participantes orientais frente ao ocidente.

A Guerra Fria foi em sua grande parte um conflito ideológico, onde o conflito direto entre as duas potências não ocorrera diretamente, mas as disputas por poder e influência no sistema internacional foram cruciais. Dessa forma, Mattelart (1994) já ressalta a importância da corrida espacial, uma vez que a bipolaridade presente no sistema fora essencial para fazer com que as potências pudessem atravessar as fronteiras da Terra e lançarem seus primeiros satélites ao espaço que vieram, por consequência, a aumentar drasticamente o sistema de telecomunicações no mundo.

Antes do término dos anos 50, vai se abrir outro front da guerra fria: a corrida espacial. Os soviéticos passam à frente dos americanos ao lançarem, em 1957, o primeiro satélite artificial, o Sputnik e depois, em 1961, o primeiro homem no espaço, Yuri Gagarine. O presidente John Kennedy pede à nação americana para conjugar seus esforços no sentido de chegar à lua antes do fim do decênio. "Os Estados Unidos, sua psique, assim como seu sentido da segurança, estimulados pelo prestígio e importância militar do Sputnik lançado pela Rússia, abriram de par em par as caixas do tesouro do Estado e despenderam bilhões e bilhões para alcançar e superar a União Soviética no espaço. (MATTELART, 1994, p. 107)

Ambos os Estados buscavam mostrar no sistema internacional suas capacidades. Ainda nessa lógica, é importante também ressaltar que houve uma corrida armamentista que se baseou

em uma luta para a construção de armamentos nucleares, aumentando cada vez mais o risco de destruição em massa de ambos os lados. A corrida especial fora desenfreada, comparando apenas com a corrida armamentista (MATTELART, 1994).

A mídia atuou na Guerra Fria de modo a fazer com que a população ocidental deslegitimasse a “ameaça vermelha”, colocando-os como nações retrógradas, militares, perigosas e que poderiam ameaçar a recém democracia que estava a surgir no globo. A mídia cinematográfica sempre colocava os norte-americanos um passo à frente nos conflitos. De acordo com Hermam e Chomsky (2003) não era interessante para a elite americana que os comunistas expandissem sua ideologia para os Estados Unidos, principalmente para aqueles que possuíam imóveis. Assim, temos que:

O comunismo como mal supremo tem sempre sido o espectro que aterroriza os proprietários de imóveis, pois ameaça a raiz de sua posição e seu *status* de superior. As revoluções soviética, chinesa e cubana foram traumas para as elites ocidentais, e os contínuos conflitos e os extensamente publicados abusos dos países comunistas contribuíram para colocar a oposição ao comunismo como primeiro princípio da ideologia e política ocidentais. (HERMAN, CHOMSKY, 2003, p. 87-88)

Essa ideologia ajuda a criar um sentimento nacional de inimigo em comum, o que é fundamental para um Estado no âmbito da construção de opinião, que já fora abordado anteriormente. Seria uma afronta às elites norte americanas perderem suas influências econômicas, como suas propriedades, não sendo interessante a propagação de uma ideologia que fosse contrária a este acúmulo de riquezas privadas. Dessa forma, o apelo à propaganda anticomunista se desenvolveu em todo continente americano, com o intuito de impedir que os países vissem, de acordo com a visão norte americana, os problemas e perigosos que o comunismo poderia trazer. Assim, de acordo com Hernam e Chomsky (2003), facilitaria o processo de fragmentação da ideologia de esquerda e dos movimentos trabalhistas. Por parte do governo norte americano, a política contra a “ameaça vermelha” fora se desenvolvendo ao ponto de o país participar do processo de imposição das ditaduras em toda a América Latina, como no Brasil e Nicarágua. A justificativa e reconhecimento destes governos como legítimos era com base num “mal necessário”, já que os países estavam vulneráveis a expansão comunista devido aos seus diversos problemas sociais, onde o ideal socialista poderia ganhar força.

Ao analisar tais fatos, é possível verificar que o sistema internacional estava se dividindo ideologicamente. A mídia, com seu maior desenvolvimento após os anos dos conflitos mundiais, foi mais uma vez uma peça chave para a guerra ideológica que estava por se desenvolver.

Outro ponto fundamental passível de análise é que a Guerra Fria fora, além de uma guerra psicológica e de informações, também uma guerra de desinformação. Era estratégico para os Estados que os adversários estivessem sempre um passo atrás em relação ao desenvolvimento de novas tecnologias, meios de comunicação e produção de armamentos militar. Dessa forma, espiões eram colocados para integrar o campo inimigo com a missão de passar uma informação incorreta e fazer com que acreditassem a respeito. Além disso, a mídia também atuou fortemente neste processo, uma vez que as publicações sobre as conquistas de ambos os lados nem sempre eram verdades, mas eram formas de atingir o lado psicológico do inimigo. Neste contexto, Mattelart (1994) coloca que:

As revelações de antigos responsáveis pelos serviços secretos, que passaram para o Oeste, permitiram levantar uma ponta do véu sobre o dispositivo internacional de propaganda e desinformação (dezinformatsia) da União Soviética e de seus satélites. [...] Entre os agentes ocidentais dos serviços secretos, havia consenso quanto a divulgar a idéia de que a extensão das operações de informação da União Soviética era muito superior à do outro campo. Tudo se passava como se a guerra das avaliações do potencial do adversário fizesse parte integrante do combate dos propagandistas (MATTELART, 1994, p. 131)

Neste aspecto é que se deu o surgimento e estruturação da central de inteligência CIA nos Estados Unidos e da KGB na União Soviética. Ambos os organismos buscavam entender as estratégias dos inimigos e buscar o máximo possível de informações para ganharem vantagens. Os serviços secreto e de espionagem, apesar sempre terem existido, ganharam suma importância, dado que a Guerra Fria não fora apenas uma guerra que ameaçasse a integridade física dos Estados, mas que se baseou em sua grande parte numa busca por influências de acordo com seus interesses e que as informações estratégicas eram peças chaves para as suas ações. De acordo com Mattelart (1994), essas ações buscavam influenciar as atitudes dos inimigos em prol de seu próprio interesse e ganhar possíveis vantagens para ações futuras.

Tais pontos apresentados mostram que o cenário bipolar do sistema internacional se baseava numa corrida para ver qual dos lados tinham um maior poderio econômico, bélico e de influência e, a cada “vitória” de um dos lados, o ganhador mostraria a seus alinhados que a ideologia política adotada era boa o suficiente para conquistar objetivos. Porém, apesar de nenhum conflito direto entre as potências ter de fato se concretizado, é importante analisar que os países se confrontaram indiretamente em outros conflitos que não estavam relacionados diretamente a eles, mas que seria de interesse a tomada de influência das regiões onde os conflitos aconteceram, como no caso da Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. Para esta monografia, a Guerra do Vietnã foi um ponto chave da atuação da mídia nos conflitos, visto

que pela primeira vez os jornalistas dispuseram de uma liberdade de imprensa e puderam relatar e mostrar ao vivo e sem censura a realidade de um conflito armado. Desse modo, será relatado como se deu o desenvolvimento do conflito e a participação da mídia como ator do processo de deslegitimação dos americanos frente à guerra.

2.3 A Guerra do Vietnã

A Guerra do Vietnã (1955-1975) foi um período de tensão durante a Guerra Fria. Dado que a bipolaridade do globo se dava pelas disputas da União Soviética e os Estados Unidos por influências, opiniões e tecnologias armamentistas, o Vietnã foi palco de um dos maiores e mais longos conflitos do século XX onde as duas potências se enfrentaram indiretamente.

A Guerra do Vietnã em si, resumidamente, fora um conflito entre os dois territórios divididos que se deu após diversas divergências políticas, econômicas e sociais. Até o ano de 1959, apenas os dois países haviam estado em disputas. Porém, após esta data, os vietcongues (soldados do Vietnã do Norte) atacaram uma base norte americana presente no Vietnã do Sul, e fora o marco do início da guerra.

O papel da mídia durante e após o conflito do Vietnã foi um marco na história do jornalismo. Fora a primeira vez que jornalistas tiveram acesso às frentes de batalhas e puderam relatar a realidade de uma guerra. Após o conflito, a mídia norte americana tentou a todo custo mostrar uma realidade distinta da que de fato aconteceu. Dessa forma, Chomsky coloca que

[...] Desde o final da Guerra do Vietnã, houve um esforço imenso para reconstruir a história do conflito. Muita gente começou a entender o que de fato estava acontecendo. Incluindo, entre outros, uma grande quantidade de soldados e jovens que participaram do movimento pela paz. Isso era perigoso. Era necessário reajustar essas ideias nocivas e restaurar alguma forma de racionalidade, a saber, reconhecer que qualquer coisa que façamos é nobre e correta. [...] Quando se tem a mídia e o sistema educacional sob controle absoluto e a universidade assume uma postura conformista, é possível vender essa versão. (CHOMSKY, 2013, p. 17)

Hallin (1989) descreve como durante o período da Guerra do Vietnã a mídia teve liberdade para trazer o conflito às televisões. Os jornalistas estiveram presentes durante todo o período relatando e filmando as mazelas que a guerra provocara.

A mídia tinha uma liberdade extraordinária para relatar a guerra no Vietnã sem o controle direto do governo: era a primeira guerra em que os repórteres eram rotineiramente credenciados para acompanhar forças militares ainda não sujeitas a censura, e era uma guerra na qual os jornalistas claramente não pensavam de si mesmos simplesmente como "soldados da máquina de

escrever" cuja missão era servir o esforço de guerra. (HALLIN, 1989, p.6, tradução nossa)⁴

Porém, de acordo com Hallin (1989), durante o período de tal conflito, diversos outros acontecimentos políticos estavam acontecendo nos Estados Unidos, mas por conta da liberdade que a mídia jornalística tinha na época, a política começou a ser afetada. Os jornalistas também participam de todo um jogo político e, de acordo com o autor, eles se veem como adversários do governo ou das políticas de poder. Sobre este aspecto de como a mídia afetou outros processos políticos que tangeram a Guerra do Vietnã, Hallin (1989) traz que:

E a aparentemente crescente proeminência da mídia coincidiu com o que parecia ser uma crise nas instituições políticas: a confiança pública no governo diminuiu drasticamente durante esses anos, o apego público a ambos os partidos políticos enfraqueceu e o sistema político começou um período de vinte anos durante o qual nem um único presidente serviria dois mandatos completos. Esses desenvolvimentos, juntamente com o Vietnã, provocaram uma controvérsia mais ampla sobre a relação da mídia com as instituições do governo americano. (HALLIN, 1989, p. 4, tradução nossa)⁵

É notório observar como a mídia jornalística começa a tomar parte de todo um contexto político social, onde o que é reportado por ela muitas vezes tem impactos que podem ser positivos ou negativos nas políticas de um Estado. No caso da Guerra do Vietnã a mídia tomou uma posição contrária as ações do governo estadunidense e, após mostrar como de fato era uma guerra vista nas frentes de batalha e de como eles perderam a guerra, diversos protestos aconteceram nos Estados Unidos contra as políticas de governo que favoreciam a continuação das tropas naquele país. Mas também há casos em que o oposto pode ocorrer, onde os jornalistas por pertencerem a determinada empresa, aderirão aos interesses governamentais, como se observará na análise referente ao conflito do Iraque

2.4 Criação de um inimigo em comum a partir do terrorismo

Neste capítulo já foram analisados como a mídia teve participação em conflitos desde a primeira guerra mundial atuando em prol dos interesses de cada nação. Porém, para esta parte do trabalho, é importante também entender como a mídia atuou no processo de produção e

⁴ The media had extraordinary freedom to report the war in Vietnam without direct government control: it was the first war in which reporters were routinely accredited to accompany military forces yet not subject to censorship, and it was a war in which the journalists clearly did not think of themselves simply as "soldiers of the typewriter" whose mission was to serve the war effort

⁵ And the apparently growing prominence of the media coincided with what seemed to be a crisis in political institutions: public confidence in government declined dramatically during these years, public attachment to both political parties weakened, and the political system began a twenty-year period during which not a single president would serve two full terms of office. These developments, along with Vietnam, have provoked a broader controversy about the relation of the media to the institutions of American government.

reprodução acerca do atentado do 11 de setembro nos Estados Unidos, que culminou na morte de milhares de pessoas e o início de uma nova ordem mundial antiterror.

O terrorismo sempre esteve presente nas relações internacionais. Seja através de ideologias políticas, econômicas, religiosas ou até mesmo a junção de todos esses aspectos, o terrorismo sempre causou danos a sociedade. Em muitos casos a justificativa se dá pela necessidade de seu movimento ganhar imagem e destaque. A palavra “terrorismo” tem amplos significados que são explorados por diversos organismos e instituições. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, temos que:

O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.(BRASIL, 1988)

Dessa forma, apesar de haver diversas controvérsias sobre o que é apresentado, é possível ter um entendimento a respeito. Há diversas forças profundas que levam grupos a causarem terror em prol de uma causa.

Porém, para este trabalho, não há uma necessidade de se colocar todo um histórico sobre o terrorismo, mas é de suma importância a análise sobre quais países ou grupos são considerados terroristas e como a comunidade internacional reage a respeito. De acordo com Said (2003), a ocidentalização do conhecimento e a submissão perante as mídias de massa fazem com que a população crie um conceito de inimigo comum, tratando determinada região do mundo como terroristas. A religião islâmica é a que mais é afetada em relação a este caso, dado que de acordo com o entendimento de alguns grupos sobre o Alcorão (livro sagrado islâmico), determinados atos extremistas são considerado atos heroico em favor a sua causa. O que é colocado pela mídia é generalizado de forma a fazer com que a população acredite que toda a região do Oriente Médio pratica o ato do terror, fazendo com que a sociedade tenha um conceito de senso comum sobre esta e generalize todos negativamente. Said (2003) discorre sobre o termo orientalismo e trata sobre como o ocidente tem uma posição hegemônica em todos os aspectos em relação ao oriente, principalmente dado que partes dessa região foram colônias europeias. Para esta monografia, o principal foco será analisar como atos de terrorismos são noticiados e como a mídia a partir disso constroi imagens de inimigos sociais a partir disto.

Os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos se basearam em um grupo terrorista denominado al-Qaeda, de origem islâmica, que planejaram o sequestro de aviões e

atingiram os edifícios World Trade Centre em Nova Iorque, causando a morte de aproximadamente 3000 pessoas. Além disso, o pentágono também fora alvo dos ataques, assim como outro avião fora derrubado.

O histórico do atentado nos remete primeiramente a criação da al-Qaeda, grupo que tomou frente aos ataques. De acordo com Chaliand e Blin, (2007), apesar de o grupo ter tido destaque midiático pós atentados em 1998 contra a Embaixada estadunidense e o nome muitas vezes remeter a Osama Bin Laden, foi Abdallah Azzam quem nomeou a organização. De acordo com Chaliand e Blin (2007), em 1988 após as primeiras retiradas dos soviéticos do Afeganistão, Azzam não quis dissolver o exército de árabes voluntários e decidiu usa-los para uma nova missão, que seria a conquista do mundo muçulmano. Dessa forma, temos que:

Para esse fim, ele precisava de uma vanguarda permanente de lutadores para servir como líderes da umma. Ele criou o termo al-Qaeda al-sulbah (a base sólida) para isso, que também foi o título de um editorial que ele escreveu na edição 41 do al Jihad, publicado em abril de 1988. O artigo afirmou: "Todo princípio precisa de um vanguarda para levá-lo para frente que esteja disposto, enquanto se integram na sociedade, a realizar tarefas difíceis e fazer tremendos sacrifícios. Nenhuma ideologia, celestial ou terrena, pode fazer sem uma vanguarda, o que dá tudo para garantir a vitória. É o portador padrão em um caminho infinito e difícil até chegar ao seu destino, pois é a vontade de Deus que ele faz isso. É al-Qaeda al-sulbah que constitui essa vanguarda para a sociedade esperada". (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 315, tradução nossa)⁶

Após a morte de Azzam, em 1989, Bin Laden foi escolhido como líder do grupo, por ser considerado quem podia tomar novas diretrizes para a estratégia jihadista. Fora a partir deste período que o grupo parou de lutar apenas pela conquista do território muçulmano e começou a utilizar ataques terroristas como forma de atingir determinados objetivos. Sobre este aspecto, Chaliand e Blin (2007) colocam que:

Al-Jihad aparentemente conseguiu persuadi-lo a se concentrar na luta contra os governantes muçulmanos corruptos em vez de na reconquista do antigo território islâmico. Essa foi uma mudança fundamental, porque a Al Qaeda, no contexto de sua nova estratégia de levar a luta ao território nacional, adotou as técnicas terroristas usadas pelos egípcios. (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 316, tradução nossa)⁷

⁶ To that end, he needed a standing vanguard of fighters to serve as leaders of the umma. He coined the term al-Qaeda al-sulbah (the solid base) for this, which was also the headline of an editorial he wrote in issue number 41 of al Jihad, published in April 1988. The article stated: "Every principle needs a vanguard to carry it forward that is willing, while integrating into society, to undertake difficult tasks and make tremendous sacrifices. No ideology, celestial or earthly, can do without such a vanguard, which gives its all to ensure victory. It is the standard-bearer on an endless and difficult path until it reaches its destination, as it is the will of God that it does so. It is al-Qaeda al-sulbah that constitutes this vanguard for the hoped-for society."

⁷ Al-Jihad apparently managed to persuade him to concentrate on the struggle against corrupt Muslim rulers instead of on the reconquest of former Islamic territory. That was a key shift, because al Qaeda, in the context of its new strategy of taking the fight onto national territory, adopted the terrorist techniques used by the Egyptians

O conflito do grupo com os Estados Unidos começa quando Bin Laden é investigado sobre possível desvio de dinheiro norte americano destinado à ajuda do exército ao combate dos soviéticos, com fins a garantir a estabilidade financeira do grupo da al-Qaeda. Outras instituições financeiras também começam a ser alvos de investigações, dado os laços econômicos que estas possuíam com Laden. Em 1991, quando Kuwait é invadido pelo Iraque, milhares de soldados norte americanos entraram no território da Arábia Saudita. Bin Laden fora totalmente contra essa postura, dado que era um exército americano cristão presente em um território sagrado islâmico, que compreende as cidades de Meca e Medina. Jerusalém também era considerado território sagrado, porém já estava ocupado por Israel. De acordo com Chaliand e Blin (2007) a postura do exército não agradou o líder da al-Qaeda.

Bin Laden considerou este desenvolvimento como uma humilhação insuportável para todos os muçulmanos - a terra do Profeta contaminada por infiéis. Para ele, a presença americana representava um duplo ato de agressão: a ocupação da Arábia Saudita por soldados infiéis também era prova do desejo dos Estados Unidos de saquear a riqueza do país sob o pretexto de protegê-la. Os Estados Unidos, tendo assim humilhado todos os muçulmanos, se tornaram seu principal inimigo, tanto quanto foi considerado responsável pela corrupção e apostasia das autoridades sauditas. (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 318, tradução nossa)⁸

Dado a denúncia de Bin Laden sobre “infiéis” presentes em território sagrado e a parceria dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, a disseminação da al-Qaeda começou a atrair diversos radicais em todo Oriente Médio. Dessa forma, entre outras causas, se deu o início da rivalidade do grupo da al-Qaeda com o território norte americano. Após parcerias da al-Qaeda e o Talibã e o apoio de diversos outros grupos radicais à causa, os estadunidenses começaram a serem alvos de diversos ataques terroristas com o passar dos anos. Porém, foi no dia de 11 de setembro de 2001 que seu maior ataque fora orquestrado.

Os ataques do 11 de setembro foram a maior conquista ainda por um grupo terrorista: em termos de mídia (os ataques foram transmitidos ao redor do mundo); simbolicamente (os ataques atingiram o núcleo do centro financeiro e estabelecimento militar da América); e estatisticamente, com o grande número de vítimas (o termo "megaterrorismo" foi usado). Não há dúvida de que, psicologicamente, a América e grande parte do mundo, especialmente no Oeste, estavam em estado de choque. (CHALIAND; BLIN; 2007, p. 413, tradução nossa)⁹

⁸ Bin Laden viewed this development as an unbearable humiliation for all Muslims—the land of the Prophet defiled by infidels. To him, the American presence represented a twofold act of aggression: the occupation of Saudi Arabia by infidel soldiers was also evidence of America’s desire to plunder the country’s wealth under the pretext of protecting it. The United States, having thus humiliated all Muslims, became their principal enemy, in as much as it was deemed responsible for the Saudi authorities’ corruption and apostasy.

⁹ The 9/11 attacks were the biggest achievement yet by a terrorist group: in media terms (the attacks were broadcast live around the world); symbolically (the attacks struck at the core of America’s financial center and military establishment); and statistically, with the large number of victims (the term “megaterrorism” was used). There is

O evento fora noticiado em todo mundo ao vivo, causando revolta e repúdio por parte do povo norte americano, assim como toda a comunidade internacional ficou mobilizada. No dia seguinte, as capas dos principais jornais já traziam fotos e relatos dos eventos, focando seus aspectos nas vítimas e sobreviventes. Fotos das torres queimando, do avião se aproximando dos prédios empresariais, dos destroços provenientes da destruição, dentre diversas outras fotos que também foram utilizadas na mídia, causaram um sentimento nacional unânime de medo e ódio que tomou conta do povo norte americano. Em pouco tempo, todos já sabiam quem eram os responsáveis e Washington respondeu aos ataques rapidamente. Será debatido no próximo capítulo como se deu esta resposta.

Porém, é importante ressaltar que quando a mídia tratou dos responsáveis pelo ataque, não somente o grupo da al-Qaeda fora noticiado. A região quase por inteira do Oriente Médio, em países como Afeganistão (origem da al-Qaeda), Iraque, Paquistão, dentre outros, também foram foco midiático de nações que poderiam causar danos à população norte americana. Assim, como já estava sendo construído anteriormente aos poucos a identidade americana como inimiga dessa região específica, os ataques do 11 de setembro foram fundamentais para a concretização dessa visão e o início da construção da legitimidade da intervenção dos Estados Unidos no Iraque, em 2003. Além disso, é importante ressaltar que os Estados Unidos já vinham exercendo diversas intervenções na região. O governo norte americano já possuía suas influências e parcerias há longo tempo no Oriente Médio, onde questões de interesses econômicos por petróleo, dentre outras parcerias políticas relevantes por conta da localização também já vinham sendo desenvolvidas.

O atentado representou um marco para as políticas de segurança e defesa internacionais, pois a partir deste o Estado norte americano mudou o paradigma de sua política externa para um foco que fora chamado de guerra anti terror. Essa mudança de paradigma na política externa que visou não somente o combate ao terrorismo, mas também seus interesses próprios, será analisada no próximo capítulo.

no doubt that, psychologically, America and much of the rest of the world, especially in the West, were in a state of shock

3 MÍDIA E IRAQUE

A este ponto do trabalho já foram abordados temas sobre como a mídia participa no processo de construção de opiniões, assim como teve grande importância em conflitos internacionais como na I e II Guerras Mundiais, na Guerra Fria, na Guerra do Vietnã e no processo de construção de sentimento nacional pós 11 de setembro nos Estados Unidos. Visto as análises já feitas, o objetivo deste capítulo final será realizar uma análise de caso sobre como a Guerra do Iraque, em 2003, fora em grande parte legitimada pela mídia norte americana. Para isso, serão estudadas as mudanças de paradigmas da política externa do governo Bush pós 11 de setembro e seus impactos, a intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão como primeira forma de retaliação de Washington, relatar como se deu o conflito com o Iraque em relação as motivações, históricos e outras perspectivas, analisar o papel da participação da sociedade civil perante ao Congresso norte americano e, por fim, analisar como a emissora Fox News noticiou o contexto pós 11 de setembro, legitimando a intervenção. É válido ressaltar desde agora que a legitimação se deu a nível internacional com o apoio de outras grandes nações, como o Reino Unido.

3.1 Mudança de paradigma na política externa americana pós 11 de setembro

Até meados dos anos de 2001 os Estados Unidos da América viviam um momento glorioso em todos seu setores, entre eles econômico, militar e social. Após o final da Guerra Fria com as políticas Perestroika e Glasnot que culminaram o fim da União Soviética e a abertura econômica e política russa, o estadunidenses se depararam com um cenário onde eram a única superpotência do sistema (BARBOSA, 2002). De acordo com Barbosa (2002), temos que:

O mais significativo, no entanto, é que esse impressionante desempenho foi sustentado, entre outros aspectos, por uma verdadeira (e, até certo ponto, genuinamente americana) "nova revolução industrial" que, através dos avanços tecnológicos alcançados nas áreas da comunicação e do conhecimento (Internet, por exemplo), gerou transformações sem paralelo na operação das empresas americanas. Esse novo e inventivo modo de produção, aplicado com notável persistência, coerência e sucesso a toda a atividade produtiva (e, como veremos a seguir, à própria "arte da guerra") americana, é o principal responsável pela evolução sem precedentes de seu poderio, que elevou os EUA à condição de única verdadeira superpotência. (BARBOSA, 2002, p. 74)

O ex-presidente estadunidense George W. Bush foi eleito em 20 de janeiro de 2001 pelo partido Republicano. Em sua eleição, Bush ainda não possuía uma política externa bem definida, mas demonstrou determinados interesses isolacionistas, recusando a participação de alguns tratados internacionais e a saída do Tratado Antimísseis Balísticos de 1972, quando seu interesse se voltava para o escudo de proteção antimísil, porém as potências da época foram contrárias a esta iniciativa mesmo com uma campanha diplomática falha de Bush para tentar mostrar os efeitos positivos deste. Neste aspecto, Bush resgatou a possibilidade de execução do plano conhecido como “Guerra nas Estrelas”, desenvolvida inicialmente pelo ex-presidente estadunidense Ronald Reagan em período de Guerra Fria, projeto que previa a criação de um sistema de defesa em satélites que teriam a capacidade de interceptar mísseis que fossem em direção aos Estados Unidos. Como já dito, não houve boa aceitação por parte do sistema internacional e o projeto fora engavetado pelo sucessor de Bush, Barack Obama.

Assim, com a política isolacionista e com ideais militares que iam contra aos propostos para a manutenção da paz, Bush não teve apoio em diversas decisões, sofrendo, inclusive, pressões diante da Organização das Nações Unidas. Porém, os atentados do 11 de setembro foram o estopim para a legitimação do início das políticas intervencionistas e militares do país. Ainda neste contexto, Barbosa coloca que:

Os atentados recolocaram na agenda americana a prioridade dos temas de política externa, no momento em que o debate interno vinha sendo ocupado exclusivamente por temas como as leis de financiamento político, o reforço do sistema nacional de educação, a reforma do sistema de seguridade social, a estrutura do fornecimento energético ou a regulação ambiental. (BARBOSA, 2002, p. 78)

O atentado nos Estados Unidos colocou em cheque a vulnerabilidade do território estadunidense, que mostrava uma imagem no sistema internacional como impenetrável. O último atentado de grande escala ocorrido no país havia sido em 1812, quando os ingleses incendiaram a Casa Branca na guerra anglo-americana. Após o 11 de setembro, o marco para as políticas internas do país foram reforçadas principalmente nos quesitos de segurança, como em aeroportos e outras áreas públicas relevantes. Porém, o que de fato veio a causar um impacto no globo foi a entrada do terrorismo na agenda política internacional.

Para Barbosa (2002), o 11 de setembro não ocasionou uma nova ordem mundial. Os preceitos de unipolaridade e multipolaridade, as capacidades relativas das potências emergentes como China e Rússia, assim como de nações desenvolvidas como os países da União Europeia e Japão permaneceram as mesmas. O que de fato mudou foram as prioridades em alguns temas, exclusivamente no que se baseia em terrorismo, segurança e defesa internacionais. Outro

aspecto relevante apontado pelo autor é o fato de o país ter aumentado o número de parcerias além dos já aliados antes do ataque.

Após o o grande atentado que levou milhares de pessoas à morte, as mídias norte americanas tiveram um papel fundamental para a criação de um sentimento nacional e unânime de ódio, principalmente da forma que o atentado fora noticiado frequentemente com a indicação de um inimigo em comum, ou a nação culpada, e a retratação heróica dos discursos do presidente Bush em favor da guerra antiterror em defesa a “paz mundial” que elevou sua popularidade no país. Em 2002, em um de seus discursos, o presidente Bush criou um novo termo contra as nações que acreditava ser uma ameaça ao globo, se referindo a elas como “Eixo do Mal”, composto por países como Irã, Iraque e Coreia do Norte. Dessa forma, com o apoio de outras nações aliadas, como o Reino Unido, os Estados Unidos começaram uma série de ações para intervir em tais lugares, derrubar governos, e ter maiores influências locais.

As ações referentes à política externa do governo Bush pós atentado do 11 de setembro ficaram conhecidas como Doutrina Bush. Sobre a Doutrina, Santos e Teixeira indicam que:

Podemos identificar quatro princípios principais na Doutrina de Bush: prevenção, unilateralismo, supremacia militar e exportação de democracia. Os três primeiros pilares estão diretamente ligados à segurança americana e à nova ameaça terrorista. O quarto é crucial para a compreensão da concepção normativa da Doutrina de Bush. (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 142 tradução nossa)¹⁰

Como abordam Santos e Teixeira (2013) o principal objetivo da Doutrina Bush fora a expansão da democracia. A invasão do Afeganistão como forma de retaliação aos atentados, a guerra preventiva no Iraque e as demais ações interventoras dos Estados Unidos se basearam no objetivo do país em aumentar suas possibilidades de influências globais, com o discurso de que a democracia era necessária para a manutenção da paz e necessárias para a luta contra o terrorismo e governos tiranos. “A Doutrina Bush finalmente apontou um ultimato para a solução definitiva para a tirania e o terrorismo: democracia”¹¹ (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 143 tradução nossa).

Por fim, pode-se acrescentar que o governo Bush recebeu forte apoio midiático na reprodução de seus discursos, uma vez que a mídia ajudou na construção da agenda política e pública colocando os itens sobre ameaças terroristas e países que poderiam estar desenvolvendo

¹⁰ We can identify four major tenets in the Bush Doctrine: preemption, unilateralism, military supremacy and the exporting of democracy. The first three pillars are directly linked to American security and the new terrorist threat. The fourth one is crucial for the understanding of the normative conception of the Bush Doctrine

¹¹ The Bush Doctrine pointed finally to the ultimate and definitive solution to terrorism and tyranny: democracy

armas de destruição em massa, onde o *framing* do assunto era voltado com foco para os países do Oriente Médio, principalmente para o Afeganistão e Iraque.

3.2 Invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos

A autoria dos atentados do 11 de setembro foi reivindicada pelo grupo terrorista da al-Qaeda, liderada, como já apresentado, por Osama Bin Laden. Sendo assim, a primeira retaliação dos Estados Unidos fora a invasão no Afeganistão com o intuito de dismantelar o grupo e depor o governo que o apoiava. Sendo assim, o objetivo da invasão estadunidense no Afeganistão fora para destruir a al-Qaeda que estava sob proteção do regime Talibã, naquele país. O governo de Bush tentou negociar com o Talibã para a obtenção de apoio na busca do grupo, porém sem sucesso e, como consequência, fora declarado guerra. Para Taddeo (2010) dado a recusa do Talibã em cooperar, os ataques contra os campos de treinamento da al-Qaeda e os campos militares do regime do Talibã começaram em 7 de outubro de 2001.

Uma estratégia antiterrorista eficaz e abrangente para combater al-Qaeda e o regime talibã foi construída combinando ação militar, aplicação da lei, congelamento de ativos financeiros e movimentos repetidos para cooperação internacional. (TADDEO, 2010, p. 29, tradução nossa)¹²

Os Estados Unidos tinham claras vantagens tecnológicas e militares. Com o uso de aeronaves armadas com tecnologias da nova geração, proporcionaram ao país vantagem no conflito. Além disso, o país se alinhou com um grupo anti Talibã, localizado ao norte do Afeganistão, denominado *anti-Taliban Northern Alliance* que auxiliou no colapso da resistência Talibã em menos de dois meses, duração aproximada da intervenção inicial no Afeganistão, acarretando na fuga dos membros para abrigos e esconderijos. Apesar disso, Taddeo (2010) apresenta que, apesar dos aspectos de inteligência em conflitos adotado pelos Estados Unidos resultar, em um primeiro momento, em uma vitória, não fora o suficiente para conter de fato a situação. Dentre os aparatos de inteligência, os estadunidenses tinham mecanismos de interceptação das redes de telecomunicações do Talibã.

A ocupação dos Estados Unidos no Afeganistão afetou o processo de infraestrutura organizacional do país e visavam a erradicação de possíveis apoios ao grupo da al-Qaeda, porém ignorando os interesses da população. A aliança anti-Talibã do norte do país estabeleceu um governo em Kabul em junho de 2002. Contudo, determinados grupos não se sentiram

¹² An effective and comprehensive counterterrorist strategy to counter al-Qaida and the Taliban regime was built by combining military action, law enforcement, the freezing of financial assets and repeated drives for international cooperation

representados e se rebelaram contra o que fora imposto, aliando-se ao Talibã. Neste contexto, temos que:

Até 2003, a estratégia dos EUA no Afeganistão não possuía uma guerra centrada na população destinada a erradicar o apoio social para a Al-Qaeda e ao Talibã, criando um governo forte e confiável e garantindo a segurança da população. Na verdade, apesar de a Aliança do Norte ter estabelecido um novo governo em Cabul em junho de 2002, a maioria da população, especialmente os pashtuns, se sentiu excluída do executivo. (TADDEO, 2010, p. 29, tradução nossa)¹³

Segundo Taddeo (2010), a falha de um planejamento para ocupação de longo prazo proporcionou significantes consequências no ressurgimento e ascensão do Talibã, acarretando na retaliação em diversas regiões do país contra as tropas estadunidenses. Em 2003 grande parte da atenção do governo dos Estados Unidos estava voltada para o Iraque e, além disso, em agosto deste mesmo ano recebeu apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com número de soldados para ajudar a combater os grupos e restabelecer um ambiente pacífico no lugar.

O conflito no Afeganistão teve diversas outras motivações e um dos objetivos era a tentativa de democratização do território, já que para os Estados Unidos este modelo político socioeconômico inviabiliza conflitos. Atualmente, o conflito no Afeganistão ainda gera impactos severos na instabilidade daquele país na política internacional daquela região, onde ainda há forte presença estadunidense no país até os dias atuais. Recentemente, o Talibã pediu ao novo presidente estadunidense, Donald Trump, para retirar as tropas do país.

Por fim, Taddeo (2010) propõe algumas táticas pelas quais a política externa estadunidense naquele país deve se basear para um possível futuro sucesso:

Para que a política americana no Afeganistão tenha alguma esperança de sucesso, é necessário aprender com três lições da guerra no Afeganistão. Primeiro, a estratégia dos EUA deve ter como objetivo criar segurança e estabilidade através de um governo confiável e um exército nacional confiável. Em segundo lugar, a estratégia dos EUA deve ser focada na manutenção de resultados positivos através de um compromisso robusto com a população local. Finalmente, deve envolver os atores regionais em um diálogo mais proativo e construtivo para criar um ambiente regional estável e seguro que possa levar à segurança do Afeganistão (TADDEO, 2010, p.35, tradução nossa)¹⁴

¹³ Until 2003, the U.S. strategy in Afghanistan lacked a population centric warfare aimed at eradicating the social support for al-Qaida and the Taliban, building a strong and reliable government, and guaranteeing security to the population. In fact, despite the fact that the Northern Alliance had established a new government in Kabul in June 2002, the majority of the population, especially the Pashtuns, felt excluded from the executive

¹⁴ For American policy in Afghanistan to have any hope of success, it is necessary to learn from three lessons of the war in Afghanistan. First, U.S. strategy should be aimed at creating security and stability through a trusted government and a reliable national army. Second, U.S. strategy should be focused on maintaining positive results

É visível como os Estados Unidos colocam uma visão sobre como têm obrigação e devem agir para manter a estabilidade em regiões por eles caracterizadas como instáveis. A invasão do Afeganistão foi o primeiro ato após os atentados do 11 de setembro e foi seguida pela próxima guerra que levou grandes debates no sistema internacional devido seu caráter ilegal.

3.3 A Guerra do Iraque

Depois de apresentado e analisado sob diversos momentos históricos como a mídia participou em conflitos, como se iniciou o conflito com o Talibã e como o 11 de setembro, em 2011, mudou o foco da política externa estadunidense, a Guerra do Iraque vem a ser o principal objeto de estudo desta monografia, dado que a mídia teve uma grande participação para ajudar no processo de construção da legitimação mediante opinião pública nacional e internacional, ultrapassando, inclusive, normas aplicadas do Direito Internacional, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas vetou a intervenção estadunidense naquele país. Neste item, o objetivo será analisar históricos que levaram o governo Bush a intervir no país, assim como seu discurso de que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição em massa. E, por fim, no próximo item será feita a análise final acerca da participação da sociedade civil e uma análise específica da mídia mediante o conflito.

Para Fontenelle (2004), para se entender o conflito no Iraque devemos nos remeter anos antes do 11 de setembro, quando em 2 de agosto de 1990 Saddam Hussein ordenou a invasão do Kuwait. A invasão fora condenada pela comunidade internacional e também pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma vez que pela Resolução nº 660, repudiou a invasão. Diversas sanções ao território iraquiano foram impostas, porém não foram levadas em consideração por aquele governo que manteve suas tropas no Kuwait. Dessa forma, em novembro do mesmo ano, através da Resolução 678, o Conselho de Segurança autorizou que através de “todos os meios necessários” os países intervissem para retirar as tropas iraquianas do Kuwait, dando início a Guerra do Golfo. De acordo com a autora (FONTENELLE, 2004), a Guerra do Golfo foi marcada por ataques aéreos que durou semanas, até que o país não tivesse mais forças para resistir, já que a ação terrestre não durou uma semana após tais ataques. França e Reino Unido foram fortes aliados dos Estados Unidos durante o conflito. Em fevereiro do ano

through a robust commitment to the local population. Finally, it should involve regional players in a more proactive and constructive dialogue to create a stable and secure regional environment that could lead to the security of Afghanistan

seguinte, o governo iraquiano ordenou a retirada das tropas do Kuwait e o Iraque aceita os termos propostos de cessar fogo. Com o fim do conflito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas ordenou que o Iraque declarasse e destruísse suas armas. Além as relações entre Estados Unidos e Iraque deterioraram e Saddam Hussein deu continuidade à sua ditadura no território iraquiano

Porém, após os atentados de 11 de setembro e com a Doutrina Bush com a construção de inimigos em comum definidos pelo Eixo do Mal, a política externa estadunidense se voltou para os países do Oriente Médio, principalmente para o Iraque. O principal discurso de Bush para o Iraque pós 11 de setembro era de que o país estava desenvolvendo armas de destruição em massa, dado que o Iraque declarou ter destruído suas armas sem supervisão após a Guerra do Golfo, e que o ditador Saddam Hussein estaria apoiando diretamente a al-Qaeda. Além disso, as falas de Bush também diziam que o Iraque usaria as armas que estavam sendo produzidas para atacar o Estados Unidos, o que gerou medo social e apoio para que a invasão fosse realizada.

Dessa forma, em 20 de março de 2003 os Estados Unidos invadiram o Iraque com o intuito de prevenir possíveis ataques mediante a certeza declarada sobre as armas de destruição em massa. Neste contexto, Grimes e Altheide (2005) colocam que:

Em 20 de março de 2003, os Estados Unidos da América invadiram o Iraque. O presidente Bush justificou este ataque preventivo contra uma nação soberana ao reivindicar repetidamente através da imprensa nacional e várias conferências de imprensa que Saddam Hussein estava implicado nos ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos, não cumpriram os requisitos das Nações Unidas sobre as inspeções de armas, e ainda abrigou numerosas armas de destruição em massa (WMD) que ele planejava usar contra os Estados Unidos, além de entregar aos terroristas. (ALTHEIDE; GRIMES, 2005, p. 618)¹⁵

Os Estados Unidos tiveram forte apoio do Reino Unido, uma vez que o primeiro ministro inglês Tony Blair apoiou o país no Conselho de Segurança e ainda encaminhou tropas para o território iraquiano. França, Alemanha, Rússia e China se posicionaram contrários ao conflito, uma vez que poderia desestabilizar a paz internacional.

A resistência no Iraque não durou por muito tempo, já que em 9 de abril de 2003 a capital Bagdá caiu sob domínio dos estadunidenses. Em dezembro do mesmo ano, Hussein foi capturado e 3 anos mais tarde foi condenado a morte após julgamento do governo interino que

¹⁵ On March 20, 2003, the United States of America invaded Iraq. President Bush justified this preemptive strike against a sovereign nation by repeatedly claiming through the national press and several press conferences that Saddam Hussein was implicated in the 9/11 attacks on the United States, had not complied with United Nations (UN) requirements about weapons inspections, and still harboured numerous weapons of mass destruction (WMD) that he planned to use against the United States as well as deliver to terrorists

estava em posse no Iraque. Porém, o conflito trouxe grande desestabilização para o país, já que em 2005, quando aconteceram as primeiras eleições legislativas, o país já estava à beira de um colapso que desencadeou uma guerra civil no país. Durante anos os Estados Unidos continuaram a mandar tropas para o país com intuito de estabilizar a situação no país e evitar que ideais terroristas continuassem a se propagar. Porém, diversas forças profundas acarretaram para que os estadunidenses iniciassem as operações no Iraque e tivessem apoio da população. A mídia foi fator crucial para o processo de criação da legitimação, que será analisada no próximo item.

3.4 Análise da mídia acerca de sua participação na Guerra do Iraque

An unnecessary war ou, traduzido literalmente, uma guerra desnecessária é a maneira pela qual John Mearsheimer e Stephen Walt descrevem sobre a possível ofensiva estadunidense no Iraque antes mesmo de o conflito começar. Para Mearsheimer e Walt (2003):

A repetida alegação do presidente Bush de que a ameaça do Iraque está crescendo faz pouco sentido à luz do histórico passado de Saddam, e essas declarações devem ser vistas como tentativas transparentes de assustar os americanos para apoiarem uma guerra. (MEARSHEIMER; WALT, 2003, p. 56, tradução nossa)¹⁶

Não há sentido, de acordo com os autores, em acreditar que Saddam Hussein usaria armas de destruição em massa contra os Estados Unidos, uma vez que os dados históricos contradizem esta ideia em conflitos com Irã (1980-1988) e na Guerra do Golfo (1990-1991). Neste segundo, a possibilidade de um ataque era ainda maior já que Estados Unidos e Iraque estiveram em conflitos diretos, mas não aconteceu. A única maneira de despertar uma guerra onde armas de destruição em massa fossem usadas seria através de uma provocação por parte dos estadunidenses, já que mesmo se o Iraque tivesse a iniciativa de se iniciar um conflito a ofensiva dos Estados Unidos poderia causar sérios danos. Ainda assim, Mearsheimer e Walt (2003) colocam que o principal motivo de Hussein ter permitido o início de um conflito fora sua incapacidade de negociar com a Agência Internacional de Energia Atômica para verificar se havia de fato um arsenal a ser explorado em um conflito. Porém, mesmo com todas as inspeções e especulações, não havia reais indícios que o país possuía ou estaria desenvolvendo armas de destruição em massa que poderiam ser uma ameaça aos Estados Unidos.

¹⁶ President Bush's repeated claim that the threat from Iraq is growing makes little sense in light of Saddam's past record, and these statements should be viewed as transparent attempts to scare Americans into supporting a war.

Não apenas desnecessária, como já apontado por Mearsheimer e Walt (2003), visto a insuficiência de informações que comprovassem que Hussein estaria de fato desenvolvendo armamentos de destruição em massa, mas também a intervenção no Iraque, à luz do Direito Internacional, fora ilegal. Dado a necessidade de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para se fazer intervenções em países, os Estados Unidos se viram diante de grandes nações como Alemanha, França, Rússia e China que eram contrárias a ação estadunidense naquele país. Em novembro de 2002, meses antes do conflito, o Conselho de Segurança aprovou em unanimidade a resolução nº 1441, liderada por Estados Unidos e Reino Unido, que pautava o descumprimento das normas de desarmamento impostas ao Iraque de acordo com a resolução nº 687, ainda do período da Guerra do Golfo, e tinha por objetivo aumentar as inspeções naquele país, além de promover, com apoio da comunidade internacional, o desarmamento da possível ameaça aos olhos estadunidenses. Ainda nesse sentido é válido ressaltar que tal resolução traz em seu preâmbulo a resolução nº 678, já mencionada sobre a Guerra do Golfo, que diz a respeito sobre meios coercitivos que poderiam ser utilizados caso o país não viesse a cooperar. Granja e Vieira (2006) ainda trazem o fato que permite questionamentos é que em nenhum momento o Conselho de Segurança autorizou alguma resolução que permitisse a intervenção no Iraque, caracterizando a ilegalidade da ação unilateral estadunidense. Há diversos debates sobre como os Estados Unidos agiram sob legítima defesa ou como, indiretamente, a resolução nº 1441 autorizava a intervenção, mas a falta de provas sobre os armamentos iraquianos e a não criação de uma resolução específica que permitisse o uso da força no Iraque, o conflito se tornou ilegal. Ainda neste aspecto, Pinheiro (2009) coloca que o principal argumento a respeito da legalidade da Guerra do Iraque apontado pelos Estados Unidos e Reino Unido foi que a junção das resoluções do Conselho de Segurança, relacionadas ao Iraque, teriam possibilitado uma autorização legal para o uso da força.

De fato, a resolução 678 autorizou que os Estados usassem todos os meios necessários para retirar o Iraque do Kuwait. Já a 687 trata do cessar-fogo e autoriza o uso da força contra o Iraque se esse incorrer em material breach, e enumera quais seriam os casos. A resolução 1441 determina que o Iraque estava em material breach e, indiretamente, com base na resolução 687, autoriza o uso da força contra aquele país. Mas, ainda que num primeiro momento o Iraque estivesse em material breach – o que permitiria uma intervenção de acordo com a resolução 687 – as inspeções da United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission (Unmovic) e da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), autorizadas pelo Conselho de Segurança, não concluíram que houvesse armas de destruição em massa no país. E, mesmo depois da intervenção, não se pôde acusar o país de possuí-las (PLATIAU; VIEIRA, 2006, p. 189)

Contudo, para se iniciar o conflito havia, acima de outros aspectos, a necessidade de fazer com que os cidadãos estadunidenses apoiassem as ações de seu governo. Fora dessa forma que a mídia se tornou uma arma, com o conceito de *weaponization of media*, para a concretização do mesmo. Neste sentido, *weaponization of media* pode ser entendido como a forma pela qual a mídia participou de todo o processo de criação de medo e de um inimigo em comum, onde o medo coletivo tomou conta do país com os discursos de Bush sobre o Iraque estar desenvolvendo armas que poderiam ser uma ameaça a todos, fazendo com que a população acreditasse na real necessidade de invadir num ideal de vida ou morte. É a partir desse momento que as grandes mídias estadunidenses transformam o *agenda setting* para que o medo se espalhasse e, conseqüentemente, o *framing* era o quão o Iraque poderia ser uma ameaça à soberania e segurança daquele país.

A Fox News Channel pertence ao Fox Entertainment Group de Rupert Murdoch e foi criada em 1996. Após os atentados do 11 de setembro, a Fox News, que possui ideais conservadores, desbancou a CNN em audiência e se tornou o maior jornal televisivo nacional nos Estados Unidos (ESTADÃO, 2002). Para este trabalho foram analisadas 20 reportagens, sendo 14 da Fox News e 6 de diferentes fontes, entre o período de outubro de 2002 e abril de 2003, dado que é possível para se ter por base um período que antecede o conflito, durante e após. Dentre as reportagens, algumas estarão diretamente citadas e outras foram utilizadas por base nos argumentos trabalhados (vide anexo).

Em reportagem publicada em 20 de fevereiro de 2003 o colunista Cal Thomas da Fox News relata que os estadunidenses não sentiam tanto medo de ataques em sua zona de conforto desde a época da Guerra Fria, onde as tensões que poderiam gerar uma guerra nuclear eram altas. Além disso, relata que "chegamos neste momento, em parte, porque deixamos os terroristas dentro. A aplicação da imigração frouxa da década de 1990 abriu a porta para aqueles que odeiam a América e querem destruir-nos" (THOMAS, 2003, tradução nossa)¹⁷. Dessa forma, é possível analisar como os imigrantes começaram a serem retratados na mídia estadunidense, já que o colunista declara que fora através de uma onda de imigração que possibilitou a entrada de terroristas no país.

Na mesma reportagem o colunista ressalta a ideia de que o governo estadunidense deve agir antes que outros ataques aconteçam, como é colocado em:

¹⁷ we arrived at this time, in part, because we left the terrorists inside. The application of loose immigration of the 1990s opened the door for those who hate America and want to destroy us

Quantos mais 11 de setembro teremos antes de fazer o que for necessário para encontrar os assassinos em nosso meio? Alguns se tornaram cidadãos americanos, mas não se tornaram americanos. Se eles cometeram traição contra os Estados Unidos, eles devem ser julgados e executados. (THOMAS, 2003, tradução nossa)¹⁸

Prevalece na fala do autor a questão dos imigrantes, sobretudo os que vieram do Oriente Médio. Além disso o autor também aponta que o governo estava alertando a população a fecharem suas janelas em caso de um ataque biológico e que as famílias deveriam ter um plano de evacuação para quando o momento chegasse.

É indagável a forma pela qual o enquadramento gera o medo social. Comparar a Guerra Fria, onde duas potências estavam se armando nuclearmente e que de fato poderia resultar em um conflito, e a possível e não confirmada ameaça de que o Iraque estaria desenvolvendo armas, leva os telespectadores e leitores aceitarem que o perigo é real e que o governo deve se posicionar.

A mídia é capaz de exercer influência sobre o medo social. Em “ a mídia e seus efeitos sobre o medo” Kogut e Silva (2008), apontam os meios de comunicação como 1º lugar nos meios que podem vir a causar o pânico social e isso desordena a vida pessoal e comunitária. Ao espetacularizar notícias de acordo com o enquadramento desejado o medo pode acabar exigindo do próprio indivíduo um maior controle de suas atividades, aumentando o estresse e diminuindo a qualidade de vida. De acordo com os autores o Estado seria o responsável por garantir que esses efeitos fossem diminuídos e pouco sentidos por parte da população. Porém, o Estado pode usar do mesmo argumento, mas para agir ao contrário de forma indireta. Usar o medo através da mídia e propagar discursos sobre a falta de segurança de uma nação ou como se não agirem primeiro serão atacados é um modo de se fazer o indivíduo a sentir-se sem saída. O medo obriga as pessoas a buscarem os diversos meios para se confortarem e, dessa forma, isso levaria a uma possível legitimação para ações dos governos em outros territórios como garantia de que aquilo os levaria para um cenário de tranquilidade.

Outro ponto relevante a ser analisado é que a Fox News, em outras reportagens, atacou a posição da francesa de se mostrar contra o conflito e se alinhar com Alemanha nos discursos em defesa da paz internacional. China e Rússia também se posicionaram contrária ao conflito, mas a França, por ser aliada estadunidense em diversos conflitos, fora alvo de fortes críticas.

¹⁸ How many more Sept. 11s will we have before we do whatever is necessary to find the killers in our midst? Some have become American citizens, but they have not become Americans. If they commit treason against the United States, they should be tried and executed.

Em um *talk show* transcrito no site da Fox News em 24 de março de 2003, poucos dias após o início do conflito, a Fox indaga o motivo dos franceses não estarem os apoiando, já que em diversos momentos da história os Estados Unidos lutaram ao lado da França. A linguagem, outro aspecto que a mídia usa para influenciar ideais, fora também usada de forma apelativa. Ainda assim, apontam que:

Você arrisca ser também uma pessoa tola. Não estou dizendo que a guerra está certa. Estou dizendo que ignorar o mal está errado. Não estou dizendo que nosso presidente é um santo. Estou dizendo que o presidente do Iraque é uma ameaça. No entanto, você prefere defender Saddam Hussein do que nos entender. Não estou dizendo que você nos deve. Estou dizendo que, dada a escolha entre o Iraque e os EUA, você deve pelo menos nos preferir. (FOX NEWS, 2003, tradução nossa)¹⁹

É explícita a forma pela qual a imagem de um inimigo em comum de um Estado foi se construindo a partir de representações midiáticas, onde o telespectador francês seria o “tolo” em não apoiar uma ofensiva estadunidense e como estes acreditavam estar com toda a razão a respeito de Hussein.

Neil Cavuto, outro colunista da Fox News, também não pondera palavras para se referir a posição francesa acerca do conflito. Em um artigo publicado 12 de março, também após o início do conflito, Cavuto questiona a França por acreditarem que Hussein estaria de fato cooperando com as Nações Unidas e que suas palavras eram verdadeiras, mas que na realidade eram os estadunidenses quem fariam o Iraque a expor suas armas e destruí-las, uma vez que havia centenas de milhares de soldados estadunidenses naquele território pressionado para que o país expusesse seus armamentos.

Nessa questão, as grandes nações que mais forneceram apoio aos Estados Unidos foram Reino Unido, Austrália e Polônia. Porém, a participação do Reino Unido fora de extrema relevância para o estopim do conflito, dado que Tony Blair, Primeiro Ministro na época, estava sempre disposto a cooperar com os estadunidenses na causa em prol da segurança internacional, já que os Estados Unidos, por serem hegemônicos, acreditavam que eram os responsáveis por estabelecer um ambiente de paz no globo. Apesar de diversas outras nações também terem participado em favor do lado estadunidense, a participação dos britânicos foi fundamental, já que o apoio de uma grande potência mediante cenário internacional criticando a ação era de suma importância, além da quantidade significativa de soldados que foram encaminhados para

¹⁹ You risk being a foolish people as well. I'm not saying war is right. I am saying ignoring evil is wrong. I'm not saying our president is a saint. I am saying Iraq's president is a menace. Yet you prefer defending Saddam Hussein than understanding us. I'm not saying you owe us. I am saying given the choice between Iraq and the U.S., you should at least prefer us.

participarem do conflito. Sobre a participação do Reino Unido, dados da biblioteca do Congresso Nacional estadunidense apontam que:

O Reino Unido implantou mais de 47 mil funcionários, incluindo uma força-tarefa naval, uma força-tarefa blindada, uma brigada da Marinha Real, uma brigada de pára-quedas, um regimento especial do serviço aéreo e um esquadrão especial de barcos. A maioria dessas forças britânicas estava envolvida no sudeste do Iraque, garantindo a região de Umm Qasr e Basra. (BOWMAN; 2003, p. 3, tradução nossa)²⁰

Apesar do Primeiro Ministro britânico Tony Blair ter declarado publicamente sobre a necessidade de depor o regime de Hussein e desarmar o país, sua posição foi alvo de severas críticas nas principais mídias em seu país a ponto de a opinião pública começar a refletir sua popularidade política. Em mais um artigo de Cal Thomas, o colunista admira a coragem de Blair de continuar a apoiar e permanecer firme em sua decisão sobre o conflito, porém também apresenta como a população inglesa tem reagido perante isso.

As pesquisas mostram que o apoio ao Blair - mesmo em seu próprio partido - diminuiu significativamente. A imprensa britânica foi especialmente difícil para ele. O Daily Mirror retratou Blair com sangue nas mãos. Este não é o tipo de imprensa que qualquer político busca. (THOMAS, 2003, tradução nossa)²¹

God save the Queen? God save Tony Blair foram as palavras usadas por Thomas (2003) ao retratar o momento de impopularidade que o Primeiro Ministro estava passando.

A opinião pública foi fator fundamental para o início do conflito. Diversas pesquisas começaram a ser realizadas sobre a necessidade, ou não, de invadir o Iraque. Em um primeiro momento, antes do conflito, diversas pesquisas mostraram que mais da metade dos estadunidenses acreditavam que Hussein estaria ligado com os ataques do 11 de setembro e que os Estados Unidos deveriam agir em nome da segurança e estabilidade nacional. Neste sentido, Solomon e Elrich (2003) trazem em seu livro “Alvo Iraque: o que a mídia não falou para você” como Bush se aproveitou do 11 de setembro para criar emoções e ansiedades na população que viessem a ser positivas para a invasão.

No início do outono de 2002, pouco antes do Congresso votar para autorizar uma guerra dos EUA contra o Iraque, uma pesquisa da CBS News descobriu que 51% dos americanos acreditavam que Saddam Hussein estava envolvido nos ataques de 11 de setembro de 2001. Logo depois, o Pew Research Center informou que dois terços do público dos EUA concordaram que "Saddam

²⁰ The United Kingdom deployed over 47,000 personnel, including a naval task force, an armoured task force, a Royal Marine brigade, a parachute brigade, a Special Air Service regiment, and a Special Boat Squadron. The majority of these British forces were engaged in south-eastern Iraq, securing the Umm Qasr and Basra region.

²¹ Polls show that support for Blair -- even in his own party -- has dropped significantly. The British press has been especially hard on him. The Daily Mirror portrayed Blair with blood on his hands. This is not the kind of press any politician seeks.

Hussein ajudou os terroristas nos ataques de 11 de setembro". (SOLOMON; ELRICH, 2003, p. 43, tradução nossa)²²

Um dos analistas da Central de Inteligência Americana (CIA), Kenneth Pollack, lançou um livro em 2002, onde abordava o Iraque como ameaça e os motivos pelos quais os Estados Unidos deveriam agir. Solomon e Elrich (2003) apontam que o livro de Kenneth fora diversas vezes mostrado em horário nobre na CNN e apresentado pelo âncora do programa como “um novo livro muito importante”. Eventos como esses apresentados em rede nacional em uma das maiores empresas de mídia estadunidense são uma forma de fazer o assunto ganhar visibilidade e trazer o debate para a esfera pública sobre os perigos que a população estaria correndo caso o governo não agisse militarmente, fortalecendo o processo de construção de legitimidade acerca da invasão naquele país. Como diversas pesquisas mostraram, os estadunidenses em sua grande maioria de fato acreditavam que Hussein estava envolvido com os atentados do 11 de setembro e que as armas de destruição em massa eram reais e que seriam usadas contra eles. Neste quesito de manipulação social, Solomon e Elrich (2003), trazem que:

Em muitos níveis psicológicos, a equipe de Bush pôde manipular as emoções pós-11/11 muito além do fantasma do envolvimento iraquiano nesse crime contra a humanidade. As mudanças dramáticas no clima político após o 11 de setembro incluíram um aumento drástico da atitude - fervorosamente alimentado por Rumsfeld, Dick Cheney e o presidente - que nossos militares deveriam estar dispostos a atacar potenciais inimigos antes que eles possam nos atacar. (SOLOMON; ELRICH, 2003, p. 45, tradução nossa)²³

Além da crença na necessidade de proteger seu território contra as possíveis armas de destruição em massa que o Iraque estaria supostamente desenvolvendo, um artigo da Fox News de 07 de fevereiro de 2003 relata que os Estados Unidos estavam passando por um momento difícil ao perceber que grande parte da comunidade internacional e das Nações Unidas estavam julgando negativamente sobre as ações de Bush que buscava apoio em uma possível invasão no Iraque. Porém, o relato contém severas críticas aos que não estavam dando suporte, como segue em:

A verdade é que vamos a guerra para manter a estabilidade no mundo. Se um homem louco como Saddam usasse armas mortíferas para controlar o fluxo de petróleo do Golfo, o mundo inteiro ficaria à sua mercê. Os Estados Unidos agora impulsionam a economia mundial. Se este país derrubar os tubos de negócios, o mundo inteiro sofre. Nós fazemos, compramos e doamos a maioria

²² In the early autumn of 2002, shortly before Congress voted to authorize a U.S. war against Iraq, a CBS News poll found that 51 percent of Americans believed that Saddam Hussein was involved in the attacks of September 11, 2001. Soon afterwards, the Pew Research Centre reported that two-thirds of the U.S. public agreed “Saddam Hussein helped the terrorists in the September 11 attacks.”

²³ On many psychological levels, the Bush team was able to manipulate post-9/11 emotions well beyond the phantom of Iraqi involvement in that crime against humanity. The dramatic changes in political climate after 9/11 included a drastic upward spike in the attitude—fervently stoked by the likes of Rumsfeld, Dick Cheney and the president—that our military should be willing to attack potential enemies before they might attack us

dos bens do mundo. Então, qualquer intrusão em nossa segurança é ruim para o mundo inteiro e muitos se recusam a isso. (FOX NEWS, 2003, tradução nossa)²⁴

É notório como a maneira que é colocada de forma apelativa sobre a necessidade de invasão do Iraque pode influenciar a opinião da população, pois como já apontado, diversas pesquisas de opinião apontaram que os estadunidenses acreditavam na ameaça iraquiana que a mídia frequentemente pautava, transformando a agenda de debate pública e enquadrando a necessidade de atitudes a favor da guerra contra o terror. É nesse sentido que o conceito de *weaponization of media* pode ser mensurado, dado que a linguagem utilizada, a agenda e o enquadramento utilizados eram todos em prol de uma ação militar que deveria acontecer

Em outra reportagem, datada de 22 de janeiro de 2003, a Fox News começou a indagar o motivo pelo qual diversos países ainda eram pró-Hussein, apesar de todas as estimativas apresentadas por eles de que o Iraque era uma ameaça internacional e, ainda, menciona que muitos países iam contra da ideia de uma intervenção no Iraque, mas cada um tinha seus próprios motivos para não irem de encontro com essa perspectiva. Porém havia um aspecto em comum que poderia incomodar diversas nações:

Saddam é ruim, mas: Esse é o mantra que está sendo lançado por países como a França e a Alemanha, que estão fazendo todo o possível para manter Saddam no poder. Os motivos por que variam de país para país. Mas todo o sentimento anti-guerra realmente se resume a um denominador comum. Uma vitória americana no Iraque fortaleceria os EUA eo presidente Bush e milhões de pessoas não querem que isso aconteça. (FOX NEWS, 2003, tradução nossa)²⁵

Durante meses que antecederam o conflito, diversas pesquisas de opinião foram realizadas pela Fox News e, por semanas, foi constatado que apoio a Bush em relação a Hussein cresceu cada vez mais. As pesquisas de opinião também podem ser consideradas aspectos manipuladores da sociedade, uma vez que ao mostrar publicamente que a grande maioria dos cidadãos apoiam determinada atitude, pode fazer com que outros também passem a acreditar na credibilidade e veracidade daquele ideal propagado. Diversos autores apontam que a mídia, apesar de não ter sido responsável pelo início da guerra, teve seu papel na divulgação excessiva do assunto e o enquadramento dado era sempre que os Estados Unidos deveriam agir em

²⁴ The truth is that we're going to war to maintain stability in the world. If a madman like Saddam used deadly weapons to get control of the Gulf oil flow, the entire world would be at his mercy. The United States now drives the world economy. If this country goes down the tubes business-wise, the whole world suffers. We make, buy and donate most of the world's goods. So, any intrusion on our security is bad for the whole world and many resent that.

²⁵ Saddam is bad, but: That's the mantra being put out by countries like France and Germany, which are doing everything possible to keep Saddam in power. The reasons why vary from country to country. But all the anti-war sentiment really comes down to one common denominator. An American victory in Iraq would strengthen the USA and President Bush and millions of people don't want that to happen.

legítima defesa antes que algo pudesse vir a acontecer novamente, remetendo aos atentados do 11 de setembro. Ainda sobre o papel da mídia, Altheide e Grimes (2005) colocam que:

Os meios de comunicação de massa fazem parte integral do apoio à guerra. Os meios de comunicação de massa não iniciaram a guerra com o Iraque, mas moldaram o contexto, as expectativas do público, o discurso e a produção de significados simbólicos. [...] Todos dependem da lógica da mídia e do senso sobre o que parecerá bom para o público relevante, como promover significados apropriados e, acima de tudo, como comercializar e vender tudo como algo desejável. (ALTHEIDE; GRIMES, 2005, p. 637, tradução nossa)²⁶

Em mais um artigo publicado pela Fox News, a colunista Dana Blanton em 13 de março de 2003 mostra como grande parte dos estadunidenses continuaram a apoiar a entrada de suas tropas no Iraque. A pesquisa da emissora, de acordo com o artigo, tomou por base cerca de 900 pessoas que responderam um questionário entre os dias 11 e 12 de março daquele ano acerca da necessidade da intervenção de suas tropas no Iraque. De acordo com esta pesquisa, Blanton aponta que:

Uma pesquisa da FOX News realizada nesta semana descobriu que 71% dos americanos apoiam o uso de forças dos EUA para desarmar o presidente iraquiano Saddam Hussein e 20% se opõem. O suporte foi aproximadamente no mesmo nível nas últimas oito semanas. (BLANTON, 2003, tradução nossa)²⁷

Outra forma de também analisar como a opinião pública teve um importante papel na legitimação da Guerra do Iraque além das pesquisas de opinião sobre a necessidade de invadir o país foi como a popularidade do ex-presidente Bush cresceu pós 11 de setembro com o discurso da guerra antiterror. De acordo com dados da Folha de São Paulo (2011), após os atentados o ex-presidente chegou a possuir uma aprovação que beirava aproximadamente 90%, mas que veio a cair após as duas guerras (Afeganistão e Iraque) e a crise econômica que surgiu logo em seguida. Mas ainda assim, com um índice de aprovação alto significava que os discursos de Bush surtiram efeito social e que as pessoas de fato esperavam que seu governo tomassem as atitudes necessárias para proteger seu país.

Grandes mídias de peso político e econômico internacional nos Estados Unidos como o *The New York Times* e o *Washington Post* também tiveram um importante papel na divulgação

²⁶ The mass media play an integral part in the support of war. The mass media did not start the war with Iraq, but they shaped the context, the audience expectations, the discourse, and the production of symbolic meanings. [...] All rely on media logic and the sense about what will look good to relevant audiences, how to promote appropriate meanings, and above all, how to market and sell it all as something desirable

²⁷ A FOX News poll conducted this week finds 71 percent of Americans support using U.S. forces to disarm Iraqi President Saddam Hussein and 20 percent oppose. Support has been at about the same level for the last eight weeks.

da guerra antiterror de Bush e como o Iraque estaria desenvolvendo as armas de destruição em massa. Porém, em 26 de maio de 2004 o *The New York Times* lançou um editorial o qual pedia desculpas aos leitores acerca de ter publicado diversos editoriais sobre a questão do Iraque, sem de fato terem informações consistentes e concretas de que aquele país estaria se armando verdadeiramente. No dia 12 de agosto de 2004, o *Washington Post* também se retratou alegando sua parcialidade no conflito e que aderira posições desejadas pela Casa Branca.

Ao fazê-lo - revisando centenas de artigos escritos durante o prelúdio para a guerra e nos estágios iniciais da ocupação - encontramos uma enorme quantidade de jornalismo de que estamos orgulhosos. Na maioria dos casos, o que relatamos foi um reflexo preciso sobre o estado do nosso conhecimento na época, muito extraído com facilidade das agências de inteligência que dependiam de informações esboçadas. E onde esses artigos incluíram informações incompletas ou apontaram em uma direção errada, eles foram mais tarde ultrapassados por informações mais e mais fortes. É assim que a cobertura de notícias normalmente se desenvolve. Mas encontramos vários casos de cobertura que não eram tão rigorosos quanto deveria ter sido. Em alguns casos, a informação que foi controversa então, e parece questionável agora, foi insuficientemente qualificada ou permitida por não ser contestada. Olhando para trás, desejamos que tivéssemos sido mais agressivos ao reexaminar as reivindicações à medida que surgiram novas evidências - ou não surgiram. (THE NEW YORK TIMES, 2004, tradução nossa)²⁸

Seja no âmbito internacional ou nacional estadunidense a participação da mídia na Guerra no Iraque trouxe diversos debates no âmbito da política internacional dado o fato que esta criou todo um estado de terror e propagação de incertezas que se passaram como verdade, possibilitando os Estados Unidos a invadirem aquele país sem reais provas ou evidências de que havia de fato armas de destruição em massa. A Fox News fora destaque durante o todo o período pós 11 de setembro, dado sua maior abrangência em relação as outras emissoras, e como mostrado propagou todo um cenário que viria a ser favorável para aceitação do público e ação do governo. Outras mídias como o *The New York Times* e *Washington Post* também propagaram os interesses da Casa Branca, mas se retrataram publicamente após o conflito. Seja pela real certeza de que o Iraque estaria desenvolvendo armamentos ou seja por outros

²⁸ In doing so -- reviewing hundreds of articles written during the prelude to war and into the early stages of the occupation -- we found an enormous amount of journalism that we are proud of. In most cases, what we reported was an accurate reflection of the state of our knowledge at the time, much of it painstakingly extracted from intelligence agencies that were themselves dependent on sketchy information. And where those articles included incomplete information or pointed in a wrong direction, they were later overtaken by more and stronger information. That is how news coverage normally unfolds. But we have found a number of instances of coverage that was not as rigorous as it should have been. In some cases, information that was controversial then, and seems questionable now, was insufficiently qualified or allowed to stand unchallenged. Looking back, we wish we had been more aggressive in re-examining the claims as new evidence emerged -- or failed to emerge.

interesses, o governo atingiu seu objetivo ao invadir e depor Hussein, tomando controle naquele país.

3.4.1 Considerações finais

Como apresentado durante o trabalho, a mídia utilizou suas ferramentas para moldar a agenda pública e enquadrar da maneira que era necessária. A Fox News teve seu viés voltado aos interesses da Casa Branca, uma vez que replicava o tema dos discursos do ex-presidente Bush de maneira apelativa e que, em muitos casos, não tinha de fato um teor verídico. Sob este aspecto, em uma entrevista para um canal estadunidense, o empresário da Fox Group, Rupert Murdoch, assumiu explicitamente que durante a Guerra do Iraque houve a manipulação da agenda para aderir aos interesses estatais²⁹.

Neste sentido, o enquadramento da mídia se baseou na criação de um medo social, onde através dos principais meios de comunicação daquele país se propagou como os estadunidenses não estavam seguros e como havia a possibilidade de novos ataques de maiores proporções com as alegações do desenvolvimento das armas de destruição em massa. Para se propagar o medo e ao mesmo tempo aderir a interesses políticos, a mídia transformou a agenda focando na guerra contra o terrorismo e o *framing* utilizado foi a criação de um inimigo em comum, onde Hussein seria o responsável pela insegurança nacional e internacional e que era de responsabilidade estadunidense depor aquele governo para manter a estabilidade da paz global e acabar de vez com a ameaça.

Com a utilização da agenda antiterror e o enquadramento mencionado, a linguagem apelativa da mídia fora outro fator crucial para a construção da legitimação da invasão naquele país, criando de fato uma arma de guerra, já que por meio da mídia houve a criação da necessidade de se investir num conflito armado. A hipocrisia organizada de Krasner (1999) e um dos conceitos de poder definido por Carr (1981), que é o poder sobre a opinião, cruzam-se no momento que a mídia transforma a opinião pública de acordo com interesses estatais e há a violação da normas do Direito Internacional, uma vez que os Estados Unidos atuam fortemente no Conselho de Segurança questionando diversas nações sobre suas ações no cenário internacional, mas ainda assim invadem um país que nenhuma nação no globo tinha provas

²⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=0K2pLo8JV5Y>

concretas que era de fato uma ameaça à estabilidade das relações internacionais, caracterizando a ilegalidade e legitimidade.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi apresentar aspectos de como a mídia participa do jogo político, onde o maior desafio é a formação de opiniões. Seja por meio da criação de agendas políticas e públicas ou por meio de criação de enquadramentos e linguagens específicas que levam o público a tomar uma determinada decisão, a mídia participou historicamente de processos conflituosos, onde em grande parte adotava posições desejadas por seus governos, como foi visto nas Grandes Guerras mundiais, Guerra Fria e Vietnã.

O Iraque foi um marco no cenário internacional dado a violação das regras do Direito Internacional, onde por meio de ação unilateral estadunidense foi contra os preceitos que a Organização das Nações Unidas estava propondo, que era em um primeiro momento apenas as inspeções para garantir se o Iraque estaria, ou não, desenvolvendo armamentos. A participação da mídia acerca da Guerra do Iraque nos remete desde o 11 de setembro, onde através de uma série de atentados terroristas nos Estados Unidos desencadeou uma brusca mudança na agenda política estadunidense em relação ao Oriente Médio, especificamente aos países que se enquadravam no Eixo do Mal, conceito criado pelo ex-presidente George W. Bush. A mídia atuou na ajuda do processo da criação de um inimigo em comum de sua nação, retratando a região como possível ameaça à sua soberania e segurança, além de propagar o medo utilizando linguagens com vieses desejados.

Mensurar concretamente um processo de legitimação é o principal fator limitante, uma vez que requer um estudo mais delicado e profundo que necessita de pesquisas de campo mais específicas acerca do determinado acontecimento para poder de fato colocar no papel amostras encontradas e analisadas. Um estudo mais profundo poderá ser realizado futuramente em possíveis projetos.

Porém, com a análise explorada das reportagens e da bibliografia apresentada, fica evidente como a mídia atuou como um ator político aderindo a interesses estatais e trabalhando na construção de uma agenda onde o principal objetivo era a formação da opinião para auxiliar no processo de criação da legitimação da invasão no Iraque, uma vez que se pôde observar a atuação desta na propagação do medo causado pelos possíveis ataques que Hussein poderia ordenar com as armas de destruição em massa. Além disso, também é evidente como o direcionamento da agenda midiática se deu em favor dos interesses da Casa Branca, dados que podem ser verificados através das diversas pesquisas que mostraram como o povo estadunidense acreditava na veracidade das informações sobre o Iraque e como seu governo

deveria tomar uma atitude, além do alto ganho de popularidade de Bush que ultrapassou a linha dos 80% após o 11 de setembro, que antes estava em declínio, caracterizando, então, o poder que a mídia tem para moldar opinião pública através dos enquadramentos e agenda estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ALTHEIDE, David; GRIMES, Jennifer. War programming: The propaganda project and the Iraq War. **The Sociological Quarterly**, v. 46, n. 4, p. 617-643, 2005. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1533-8525.2005.00029.x/full>>. Acesso em 14 set. 2017.

BARBOSA, Rubens. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Rev. bras. polít. int.** v.45 n.1, Brasília Jan./Jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100003>. Acesso em 06 ago. de 2017.

BLANTON, Dana. **Poll: Steady Support For Action Against Iraq**. 2003. Disponível em <<http://www.foxnews.com/story/2003/03/13/poll-steady-support-for-action-against-iraq.html>>. Acesso em 06 set. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, UNB, 2010. V. 2.

BOWMAN, S. **Iraq: U.S. Military Operations**. Washington: Congressional Research Service, The Library of Congress, 4 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/news-archive/crs/23191.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia, de Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMARGO, Julia. **Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira**. 142f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1307>>. Acesso em 10 set. 2017.

CARR, Edward H. **Os Vinte Anos de Crise: 1919-1939- Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília, Editora UnB, 1981

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945

CAVUTO, Neil. **The French Can Believe What They Want to Believe**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/story/2003/03/12/french-can-believe-what-want-to-believe.html>>. Acesso em 09 set. 2017.

CHALIAND, Gérard; BLIN, Arnaud. **The History of Terrorism: From Antiquity to al Qaeda**. Califórnia: University of California Press, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CURRAN, James. **Media and power**. London: Routledge, 2002.

ESTADÃO. **Fox News desbanca CNN e vira líder em audiência**. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,fox-news-desbanca-cnn-e-vira-lider-de-audiencia,20020130p5657>> . Acesso em 15 set. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Presidente Bush lançou “guerra ao terror” após ataques de 11/09**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/967481-presidente-bush-lancou-guerra-ao-terror-apos-ataques-de-1109.shtml>>. Acesso em 15 set. 2017

FONTENELLE, Paula. **Iraque: a guerra pelas mentes**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FOX NEWS. **Yeah, Im Talking To You, France**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/transcript/2003/03/14/yeah-im-talking-you-france.html>>. Acesso em 09 set. 2017.

_____. **Tough Times For The USA**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/transcript/2003/02/07/tough-times-usa.html>>. Acesso em 07 set. 2017.

_____. **Why Are Some Countries Pro Saddam**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/transcript/2003/01/22/why-are-some-countries-pro-saddam.html>>. Acesso em 08 set. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HALLIN, Daniel. **The uncensored war: The media and Vietnam**. California: Univ of California Press, 1989.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003

JACKSON, Richard. **Writing the war on terrorism** – language, politics and counter-terrorism. Manchester: Manchester University Press.

KOGUT, César; SILVA, Wânia. **A Mídia e seus Efeitos sobre o Medo Social**. Maringá: SESP-UEM 2008.

KRASNER, Stephen. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LASSWELL, Harold. **Propaganda technique in the World War**. Chicago: University of Chicago, Department of Political Science, 1927

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das ideias e estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MATIAS, Eduardo Felipe Peres. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. 5. ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. An unnecessary war. **Foreign Policy**, n. 134, p. 50-59, 2003.

PINHEIRO, Leandro. Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n.2178, 18 jun 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13002>>. Acesso: 07 set. 2017.

PLATIAU, Ana Flávia; VIEIRA, Priscilla. A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 49, n. 1, p. 179-193, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n1/a10v49n1.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.

PORCH, Douglas. **No bad stories: the American media-military relationship**. Disponível em: <http://www.academia.edu/3493732/No_bad_stories_The_American_media-military_relationship>. Acesso em 23 jun. 2017.

ROSSETTO, Graça; SILVA, Alberto. **Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?** . Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.26, p. 98-114, jul. 2012.

ROVAI, Renato. **Midiático Poder- O caso Venezuela e a guerrilha informativa**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SANTOS, Maria; TEIXEIRA, Ulysses. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. **Rev. bras. polít. int.** vol. 56. no. 2 Brasília julho/dezembro 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000200008>>. Acesso em 13 ago. 2017.

SOLOMON, Norman; ERLICH, Reese. **Target Iraq**: What the news media didn't tell you. Context Books, 2003.

TADDEO, Valentina. U.S. Response to Terrorism: A Strategic Analysis of the Afghanistan Campaign. **Journal of Strategic Security** 3, no.2, 2010: p.27-38. Disponível em <<http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=jss>>. Acesso em 20 ago. 2017.

THE NEW YORK TIMES. **From the Editors**: The Times and Iraq. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2004/05/26/world/from-the-editors-the-times-and-iraq.html?mcubz=0>>. Acesso em 10 set. 2017.

THOMAS, Cal. **Safe at home?**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/story/2003/02/20/safe-at-home.html>>. Acesso em 08 set 2017.

_____. **God Save Tony Blair**. Fox News. Disponível em <<http://www.foxnews.com/story/2003/02/24/god-save-tony-blair.html>>. Acesso em 07 set. 2017.

VUKASOVICH, Christian. **The media is the weapon**: the enduring power of Balkan war (mis)coverage. 2012. (Tese de doutorado em Filosofia). College of Bowling Green State University. Disponível em: <https://etd.ohiolink.edu/rws_etd/document/get/bgsu1339619438/inline>. Acesso em 15 mar 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

APÊNDICE

<http://www.foxnews.com/story/2003/03/12/french-can-believe-what-want-to-believe.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/03/13/poll-steady-support-for-action-against-iraq.html>

<http://www.foxnews.com/transcript/2003/03/14/yeah-im-talking-you-france.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/01/30/international-support-scarce-for-iraq-war.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/02/20/safe-at-home.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/02/24/god-save-tony-blair.html>

<http://www.foxnews.com/transcript/2003/02/07/tough-times-usa.html>

<http://www.foxnews.com/transcript/2003/02/06/powell-whacks-iraq.html>

<http://www.foxnews.com/transcript/2003/01/22/why-are-some-countries-pro-saddam.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/01/14/never-ending-search-in-iraq.html>

<http://www.foxnews.com/story/2002/10/25/terror-fight-helps-bush-approval-ratings.html>

<http://www.foxnews.com/story/2002/10/24/what-do-usama-bin-laden-and-saddam-hussein-have-in-common.html>

<http://www.foxnews.com/story/2002/10/01/critics-un-wrong-vehicle-for-iraq-intervention.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/03/31/saddam-hussein-and-usama-bin-laden-connection.html>

<http://www.foxnews.com/story/2003/01/29/un-stops-making-sense.html>

<http://edition.cnn.com/2002/ALLPOLITICS/07/31/senate.iraq.hearing/>

<http://edition.cnn.com/2002/WORLD/meast/12/28/sproject.irq.iraq.inspections/index.html>

<http://www.nytimes.com/2003/03/20/world/threats-responses-white-house-bush-orders-start-war-iraq-missiles-apparently.html?mcubz=0>

<http://www.nytimes.com/2002/09/08/world/threats-responses-iraqis-us-says-hussein-intensifies-quest-for-bomb-parts.html?mcubz=0>

<http://www.bbc.com/news/uk-21786506>

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/9937516/Iraq-war-the-greatest-intelligence-failure-in-living-memory.html>